



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Tecnologia e Ciências

Instituto de Geografia

Gustavo Ferreira de Azevedo

**O capital imobiliário, o Estado e a desigualdade sócio espacial da cidade do
Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro

2014

Gustavo Ferreira de Azevedo

O capital imobiliário, o Estado e a desigualdade sócio espacial da cidade do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Globalização, políticas públicas e reestruturação territorial.

Orientadora: Prof.^a Dra. Mônica Sampaio Machado

Rio de Janeiro

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/C

A994 Azevedo, Gustavo Ferreira de.
O capital Imobiliário, o Estado e a desigualdade sócio espacial da cidade do Rio de Janeiro / Gustavo Ferreira de Azevedo. – 2014.
61 f.: il.

Orientador: Mônica Sampaio Machado.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia.

1. Geografia Humana – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Favelas – Urbanização – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 3. Favelas – Políticas públicas – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 4. Capitalismo – Aspectos sociais – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 5. Espaço urbano – Aspectos econômicos – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 6. Mercado imobiliário – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. I. Machado, Mônica Sampaio. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Geografia. IV. Título.

CDU 911.37(815.3)

Bibliotecária responsável: Fernanda Lobo / CRB-7: 5265

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Gustavo Ferreira de Azevedo

O capital imobiliário, o Estado e a desigualdade sócio espacial da cidade do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Globalização, políticas públicas e reestruturação territorial.

Aprovado em 15 de maio de 2014.

Orientadora: Prof.^a Dra. Mônica Sampaio Machado

Instituto de Geografia – UERJ

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Pedro Pinchas Geiger

Instituto de Geografia – UERJ

Prof. Dr. Hindenburgo Francisco Pires

Instituto de Geografia – UERJ

Prof.^a Dra. Cristina Nacif

Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2014

DEDICATÓRIA

Aos trabalhadores e trabalhadoras.

AGRADECIMENTOS

Aos professores: Mônica Sampaio Machado e Pedro Pinchas Geiger. Importantes orientadores na minha trajetória geográfica no curso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aos membros da banca examinadora que aceitaram o convite para examinar o trabalho e pelos apontamentos.

Aos trabalhadores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UERJ que ficaram no meu "pé" informando os prazos que nem sempre foram cumpridos. Especificamente, Mayra.

Aos ex-colegas de trabalho que ao longo de dois anos caminhamos entre as favelas do Rio de Janeiro e o Instituto de Urbanismo Pereira Passos.

Aos amigos Tiago Borba e Thales Vieira que ingressaram no mesmo desafio da pós-graduação em 2012.

Aos camaradas das trincheiras desta cidade, principalmente, os que compõem a militância do Movimento Nacional de Luta pela Moradia. Até a Vitória!

A minha companheira, Caroline. Obrigado pela compreensão e incentivo.

Aos meus familiares, pai, mãe e irmã que sabiam que minha ausência era para avançar neste trabalho.

A todos trabalhadores e trabalhadoras que possibilitaram que eu continuasse a caminhada dos estudos na universidade pública.

Mas se não se organiza as vontades evidentemente que o sistema vai permitir que as pessoas protestem [...] Se tudo isto começa a organizar-se vamos assistir a uma repressão. Porque o poder tem tudo. O poder político transformou-se em serventário do poder econômico, as vezes, digo de maneira um pouco brutal, que os governos se tornaram os comissários políticos do poder econômico e é esta situação em que estamos.

Saramago

Talvez a maior cegueira deste século XXI. É não sabermos aonde nos levam e não mostrarmos nenhuma curiosidade em saber. É a maior cegueira.

Saramago

RESUMO

AZEVEDO, Gustavo Ferreira. **O capital, o Estado e a desigualdade sócio espacial da cidade do Rio de Janeiro**. 2014. 61 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

A cidade do Rio de Janeiro é formada por paisagens desiguais. A sua geografia recebeu intervenções ao longo do tempo e a sua forma foi ganhando expressões do modo de produção capitalista. O Estado esteve presente juridicamente e como interventor do espaço urbano desde a sua gênese. Este trabalho tem o objetivo de estudar como o capital imobiliário e o Estado tem produzido a cidade do Rio de Janeiro. Para isto, utilizaremos de forma espacializada os indicadores de infraestrutura e socioeconômicos produzidos pelos órgãos do Estado para subsidiar a pesquisa. Destacaremos as intervenções estatais urbanas de urbanização de favelas na cidade do Rio de Janeiro. Por fim, apresentamos uma síntese dos dados e análises realizadas na pesquisa.

Palavras-chave: Cidade do Rio de Janeiro. Intervenção estatal urbana. Estado. Favela.

ABSTRACT

AZEVEDO, Gustavo Ferreira. **Capital, state and socio-spatial inequality in the city of Rio de Janeiro**. 2014. 61 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

The city of Rio de Janeiro consists of uneven landscapes. Its geography received interventions over time and its form was gaining expressions of the capitalist mode of production. The state was present legally and as intervenor urban space since its genesis. This work aims to study how the real estate capital and the state has produced the city of Rio de Janeiro. For this, we use the form of spatialized indicators of socio-economic infrastructure and produced by organs of the State to subsidize research. We will highlight the state interventions in urban urbanization of favelas in Rio de Janeiro. Finally, we present a synthesis of the data and analyzes in the research.

Keywords: City Rio de Janeiro. State intervention city. State. Favela.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Área de Planejamento 1, Regiões Administrativas e Bairros.....	24
Figura 2 –	Área de Planejamento 2, Regiões Administrativas e Bairros.....	26
Figura 3 –	Área de Planejamento 3, Regiões Administrativas e Bairros.....	28
Figura 4 –	Área de Planejamento 4, Regiões Administrativas e Bairros.....	29
Figura 5 –	Área de Planejamento 5, Regiões Administrativas e Bairros.....	31
Figura 6 –	Núcleo Metropolitano do Município do Rio de Janeiro (1978).....	34
Figura 7 –	Índice de Desenvolvimento Social por Região Administrativa (2000)....	37
Figura 8 –	Índice de Desenvolvimento Humano por Região Administrativa (2000)..	42
Figura 9 –	Percentual de Urbanização de Favelas por Área de Planejamento.....	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Índice de Desenvolvimento Social por Região Administrativa-2000.....	38
Tabela 2 –	Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e seus indicadores constituintes, segundo as Áreas de Planejamento - 2010.....	38
Tabela 3 –	Domicílios particulares permanentes por existência de energia elétrica, segundo Áreas de Planejamento - 2010.....	40
Tabela 4 –	Domicílios particulares permanentes que tinham energia elétrica de companhia distribuidora por existência de medidor, segundo Áreas de Planejamento – 2010.....	41
Tabela 5 –	Índice de Desenvolvimento Humano por Região Administrativa – 2000..	43
Tabela 6 –	Índices de Educação, Renda e Longevidade, por Região Administrativa – 2000.....	43
Tabela 7 –	Esperança de vida ao nascer em anos, ordem do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por Região Administrativa - 2000.....	44
Tabela 8 –	Tipo de intervenção urbana por Área de Planejamento.....	51
Tabela 9 –	Proporção de Favelas Urbanizadas na cidade do Rio de Janeiro.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Área de Planejamento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS	Índice de Desenvolvimento Social
IPP	Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos
PAC - Favelas	Programa de Aceleração do Crescimento - Favelas
Secovi	Sindicato da Habitação
RA	Regiões Administrativas

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	12
1	O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL E O ESTADO.....	16
2	AS ÁREAS DE PLANEJAMENTO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E SUAS DESIGUALDADES SÓCIO-ESPACIAIS.....	23
2.1	As Áreas de Planejamento da Cidade do Rio de Janeiro.....	23
2.1.1	<u>AP1 - Centro.....</u>	24
2.1.2	<u>AP2 - Zona Sul.....</u>	26
2.1.3	<u>AP3 - Zona Norte.....</u>	27
2.1.4	<u>AP4 - Barra da Tijuca/Jacarepaguá.....</u>	39
2.1.5	<u>AP5 - Zona Oeste.....</u>	30
2.2	A desigualdade nas AP's: da literatura para os dados.....	32
2.3	Levantamento de dados.....	36
2.3.1	<u>Dados de infra-estrutura.....</u>	36
2.3.2	<u>Dados socioeconômicos.....</u>	42
2.4	Síntese dos dados.....	45
3	A FAVELA PARA O ESTADO, AS INTERVENÇÕES URBANAS ESTATAIS NAS FAVELAS, A QUALIFICAÇÃO DAS INTERVENÇÕES E SUA ESPACIALIZAÇÃO.....	46
3.1	A favela para o Estado.....	46
3.2	Urbanização de favelas no país.....	47
3.3	Qualificando as intervenções urbanísticas nas favelas do Rio de Janeiro.....	48
3.4	A Espacialização da urbanização das favelas na cidade do Rio de Janeiro.....	51
3.5	Síntese das Intervenções Estatais nas Favelas.....	53
	APONTAMENTOS FINAIS.....	55
	REFERÊNCIAS.....	58
	ANEXO A – Mapa da cidade do Rio de Janeiro sobre porcentagem do aluguel de acordo com a renda.....	60
	ANEXO B – Mapa da cidade do Rio de Janeiro com dados do metrô.....	61

INTRODUÇÃO

Considerações Iniciais

A cidade do Rio de Janeiro apresenta contrastes em sua paisagem. Caminhando pelos bairros da cidade nos deparamos com as desigualdades sociais que além de estarem entre os transeuntes como moradores de rua e moradores da área formal, também se materializa na geografia como as favelas, bairros sem infraestrutura e bairros infraestruturados. A cidade vai sendo produzida e reproduzida com paisagens desiguais.

É em meio ao quadro de 6.320.446¹ pessoas residindo e outras milhões que se deslocam cotidianamente para a cidade do Rio de Janeiro que o espaço urbano da cidade cria e recria suas formas e usos. Cidade esta que ocupa o segundo lugar em quantidade populacional no Brasil.

No que tange o número de favelas na cidade do Rio de Janeiro está um quadro de 1036 favelas². A população residente destas áreas, segundo os dados do Censo Geográfico de 2010, é de 1.443.773 pessoas. Isto é, aproximadamente, 22% da população no Rio de Janeiro reside nestas localidades. Segundo dados da prefeitura, entre 2000 e 2010, o número de moradores das favelas cresceu 18,9%; enquanto a população da cidade, aumentou 8%.

Nesta conjuntura geográfica começamos a estudar a geografia da cidade do Rio de Janeiro e a Geografia que poderia iluminar as forças e os processos que produzem esta cidade. Sendo assim, para este trabalho estamos imbuídos em apresentar um estudo da cidade do Rio de Janeiro sob a orientação dos estudos geográficos, procurando avançar na compreensão desta cidade que no início do século XXI está sendo palco de grandes atividades internacionais e, contudo, mantém e reproduz as suas contradições sócioespaciais acentuadas.

Este trabalho investigará a seguinte hipótese:

Como o capitalismo tem produzido e se reproduzido através da construção de paisagens desiguais no espaço geográfico. A cidade do Rio de Janeiro não é diferente e, neste caso, o Estado tem tido papel preponderante para este desenvolvimento desigual ao promover intervenções estatais urbanas³ na cidade. A hipótese é que as intervenções estatais urbanas

¹ Fonte: Censo Demográfico 2010, IBGE.

² Dados da prefeitura do Rio de Janeiro em Nov/2012..

³ Utilizaremos a expressão intervenções estatais urbanas para colocar notoriedade para ação do Estado, pois intervenções urbanas podem ser realizadas tanto pelo capital quanto por movimentos sociais.

específicas de favelas têm acompanhado o desenvolvimento desigual geográfico da cidade do Rio de Janeiro.

Para isto, realizou-se um trabalho minucioso de análise dos dados que correspondem as intervenções do Estado na cidade. O que possibilitou, primeiramente, uma identificação da desigualdade sócioespacial e, posteriormente, relacioná-la com os dados levantados sobre as intervenções que o Estado realizou nas favelas.

Metodologia

A cidade do Rio de Janeiro impôs a necessidade de compreender uma cidade que ao longo dos anos tem se desenvolvido de maneira desigual nos seus limites territoriais. O estudo da sua conjuntura geográfica foi fundamental para sabermos se caminhávamos na direção da hipótese inicial. Sendo assim, resgatamos trabalhos que realizaram pesquisas do início do século XX, período no qual foram realizadas as primeiras intervenções estatais na cidade do Rio de Janeiro. Utilizamos também trabalhos com foco nas últimas décadas do século XX. E, por último, realizamos uma organização e análise dos dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos períodos 2000 e 2010.

Em seguida, realizamos uma pesquisa dentro das correntes da Geografia que poderia nos auxiliar na compreensão dos processos que produziram a cidade do Rio de Janeiro. Observamos que a teoria do desenvolvimento geográfico desigual poderia servir para o objetivo de alcançar a essência destes processos que estão presentes nas cidades capitalistas e que produzem e reproduzem padrões geográficos.

Parte fundamental da pesquisa, foi a sistematização dos dados de urbanização de favelas na cidade do Rio de Janeiro. Estes dados contribuíram para identificar como o Estado intervém na cidade, principalmente nas áreas mais empobrecidas. Ou seja, levantamos a partir do banco de dados do Instituto de Urbanismo Pereira Passos (IPP) dentro do universo de favelas da cidade quais haviam sido urbanizadas. Posteriormente, espacializamos estes dados na cidade.

Por fim, produzimos uma síntese da história, a teoria do desenvolvimento geográfico desigual, os dados levantados e a conjuntura geográfica da cidade do Rio de Janeiro. Onde encontramos padrões geográficos que se realizam na cidade devido a inerência dos processos presentes ao modo de produção capitalista.

Estrutura do Trabalho

Neste trabalho encontra-se os seguintes capítulos: Introdução; Desenvolvimento geográfico desigual e o Estado; As áreas de planejamento da cidade do Rio de Janeiro e suas desigualdades sócioespaciais; a Favela para o Estado, as Intervenções estatais nas favelas, a Qualificação das intervenções e sua espacialização; e, Apontamentos finais.

Na primeira parte deste trabalho é apresentada a teoria do desenvolvimento desigual que posteriormente foi utilizada por geógrafos, entre os teóricos marxistas. Teoria que busca compreender o desenvolvimento do espaço geográfico no modo de produção capitalista entre as várias escalas - do local ao global. O Papel do Estado no desenvolvimento geográfico desigual - expressão cunhada pelo geógrafo David Harvey - será abordado na busca de observar o movimento das forças para a produção e reprodução do espaço geográfico.

O capítulo 2 está dividido em três momentos: inicialmente apresentaremos as Áreas de Planejamento da cidade do Rio de Janeiro, definidas pela prefeitura do Rio de Janeiro. Este recorte espacial será importante para a organização interna dos dados da pesquisa; o segundo momento, realizaremos um resgate histórico da cidade a partir de pesquisadores que realizaram estudos sobre o desenvolvimento da cidade ao longo do século XX; por último, com o objetivo de ilustrar e espacializar a desigualdade sócioespacial, apresentamos os dados do IBGE e do IPP. Os dados são referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Desenvolvimento Social (IDS).

O último capítulo apresentaremos as favelas que foram e as que não foram alvo de intervenção estatal à urbanização. Ainda neste capítulo faremos uma abordagem das experiências da urbanização no Brasil, especificamente as realizadas na cidade do Rio de Janeiro. Este levantamento e a sua espacialização possibilitou verificar a relação entre os dados do IBGE e o IPP a partir das Áreas de Planejamento.

Por fim, apresentamos no capítulo Apontamento Finais as nossas conclusões que foram construídas ao longo da pesquisa. Contudo, os dados, as compreensões, as relações não se esgotaram neste trabalho que foi uma maneira de sistematizar uma pesquisa que está sendo realizada antes de iniciar a pós graduação.

Observações Sobre os Dados do Trabalho

Primeiramente, gostaríamos de informar que por diversas vezes houve o esforço para encontrar as quantias em dinheiro do valor aplicado nas obras de urbanização de favelas. Entretanto, este dado não foi encontrado e quando tínhamos informações eram muito genéricas, por exemplo, o valor do repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a prefeitura é acessível, mas o gasto realizado por favela não é especificado. Isto nos colocou uma preocupação de validade da hipótese, porém compreendendo o projeto Favela-Bairro e as ações do Estado no espaço, o valor da quantia gasta nas favelas é importante, mas não imprescindível para a validade da hipótese.

Os dados que apresentaremos na pesquisa foram coletados dos órgãos oficiais do Estado. Utilizamos como recorte espacial as Áreas de Planejamento da cidade do Rio de Janeiro, contudo, alguns dados não apresentam este recorte, mas um recorte menor que são as Regiões Administrativas. Para elucidar estas divisões e subdivisões o capítulo 2 apresenta as Áreas de Planejamento e suas respectivas Regiões Administrativas.

É importante informar que mesmos os dados que não estão ligados, diretamente, o recorte espacial proposto no trabalho, estes colaboram para compreender a desigualdade sócioespacial na cidade. Também o fato das Áreas de Planejamento serem o maior recorte espacial realizado pela prefeitura do Rio de Janeiro acaba provocando a não visualização da desigualdade interna das Áreas de Planejamento. Por exemplo, numa determinada Área de Planejamento temos duas Regiões Administrativas com alto desenvolvimento e quatro Regiões Administrativas com baixo desenvolvimento, o dado final deste conjunto deve ser observado detalhadamente para saber onde há as oscilações do desenvolvimento.

A seguir o trabalho desenvolvido ao longo de dois anos no Programa de Pós-Graduação em Geografia no eixo de Globalização, Políticas Públicas e Reestruturação Territorial.

1 O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL E O ESTADO

Esta sessão do trabalho tem o objetivo de estruturar o arcabouço teórico metodológico. Para isto, foi realizado um levantamento bibliográfico da teoria do desenvolvimento geográfico desigual. Identificamos que não há, na Geografia, uma escola referencial desta teoria, mas pesquisadores que se dedicaram durante algum tempo à compreendê-la. O geógrafo que tem como obra fundamental este assunto é Neil Smith, falecido em 2013. Outro pesquisador é David Harvey que trabalha transversalmente a teoria em suas análises, chegando a dedicar capítulos em suas obras⁴. No Brasil, identificamos alguns trabalhos realizados que utilizaram a teoria do desenvolvimento geográfico desigual⁵.

A teoria do desenvolvimento desigual na Geografia é recente, porém nas teorias revolucionárias vem sendo desenvolvida desde o início do século XX: primeiramente desenvolvido por Lênin estudando o capitalismo na Rússia e posteriormente, por Trotski. A teoria ganhou expressão a partir dos trabalhos de Trotski, com o nome de Desenvolvimento Desigual e Combinado (LÖWY, 2000).

THEIS&BUTZKE(2012) nos lembra que na Geografia há um esforço de geógrafos que trabalham para aprofundar o entendimento da teoria do desenvolvimento desigual no tocante do espaço. Formando assim, o que vem a ser chamado de desenvolvimento geográfico desigual, ou seja, a compreensão da espacialidade do desenvolvimento desigual do modo de produção capitalista. Resumem da seguinte forma:

O que distingue a lei do desenvolvimento desigual e combinado da 'teoria' do desenvolvimento geográfico desigual é: enquanto a preocupação da primeira está em explicar por que uma formação social periférica/atrasada, cujas forças produtivas não estão desenvolvidas e nem sob o controle de uma burguesia nacional consolidada, pode experimentar uma revolução política; a segunda constitui uma tentativa teórico metodológica que busca captar a espacialidade do desenvolvimento desigual, portanto, a natureza especificamente geográfica da desigualdade socioeconômica entre regiões e países (THEIS&BUTZKE,2012,p.5).

⁴No livro Espaços de Esperança na primeira parte, Harvey apresenta o capítulo "Desenvolvimentos geográficos desiguais e direitos universais".

⁵ Identificamos que o pesquisador Ivo Theisque tem produzido diversos artigos sobre a teoria do desenvolvimento geográfico desigual. Alguns artigos são encontrados na bibliografia deste trabalho.

Harvey (2006) define como "uma tentativa teórico-metodológica que procura captar a espacialidade do desenvolvimento desigual, portanto, a natureza especificamente geográfica da desigualdade socioeconômica entre regiões e países"⁶.

Outros trabalhos foram utilizados para esta pesquisa, mesmo os que não utilizaram a expressão "desenvolvimento geográfico desigual". Resolveu-se incorporar trabalhos que identificaram a produção desigual no espaço sob o comando do modo de produção capitalista. Contudo, a obra referencial para este trabalho é Desenvolvimento Desigual de Neil Smith. Uma obra densa que tentaremos utilizar os pontos fundamentais para estruturar a pesquisa. Esperamos que não tenha referências demasiadas, mas as que se encontram foram identificadas como essenciais para a compreensão da teoria.

SMITH (1988) na conclusão da obra chega a seguinte síntese:

O desenvolvimento desigual é tanto o produto quanto a premissa geográfica do desenvolvimento capitalista. Como produto, o padrão é altamente visível na paisagem do capitalismo, tal como a diferença entre espaços desenvolvidos e subdesenvolvidos em diferentes escalas [...] Como premissa da expansão capitalista, o desenvolvimento desigual pode ser compreendido somente por meio de análise teórica da produção capitalista da natureza e do espaço [...] O desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados (SMITH, 1988, p.221).

Na aparência, é facilmente identificável a produção desigual de cidade, regiões, países e continentes. Esta paisagem é extremamente intrigante e provoca pesquisas nas mais variadas áreas de estudo. Entre os diversos pesquisadores que se debruçam sobre as contradições das cidades, Marcelo Balbo, arquiteto, nos apresenta o debate sobre o "dualismo". Balbo se refere às cidades como São Paulo, Cairo, Caracas, Mumbai, Nairobi, Johannesburg, Cidade do México e outras que têm as seguintes características:

Nos países em desenvolvimento, a cidade e o espaço urbano apresentam evidentes fraturas. Frequentemente se fala do "dualismo" dessas cidades, a presença de dois mundos distantes ou mesmo opostos, poder-se-ia dizer que a cidade, ou melhor, algumas partes dela seriam repartidas. Uma oposição do e no espaço que obviamente não é outro fato que o reflexo de uma sociedade dividida. (BALBO, 2012 p.9).

Contudo esta forma de compreensão do processo capitalista na cidade produz uma visão dicotômica onde dualiza a cidade não compreendendo a sua totalidade. Quando não dualiza, parte para análises etapistas e evolucionista onde os espaços atingem etapas que os mais "avançados" já atingiram. Ou seja, o estudo que apenas identifica espaços desiguais não avança para compreender a totalidade das inter-relações que ocorrem na totalidade do espaço.

⁶Spaces of Global Capitalism: towards a theory of uneven geographical development, APUD, Ivo Marcos Theis e Luciana Butzke, 2010. p. 125.

A própria cidade do Rio de Janeiro, tem sido referenciada em jornais, artigos e livros com uma visão dual⁷. Entretanto o que nos interessa para este trabalho não é apenas identificar as desigualdades espaciais no espaço, mas compreender a complexidade do espaço geográfico que o capitalismo tem produzido. SMITH (1988) coloca que "o espaço geográfico é mais do que simplesmente a soma das relações separadas compreendidas em suas partes" (SMITH, 1988, p.130). Isto é, a divisão entre espaço rico e espaço pobre, espaço desenvolvido e espaço subdesenvolvido, além de ser inexata, ocorre no erro de não compreender o espaço como uma totalidade.

Assim, não é apenas observando e descrevendo a paisagem que compreenderemos a produção e reprodução do espaço. SMITH (1988) coloca pistas importantes no seu trabalho

o desenvolvimento desigual é a expressão geográfica sistemática das contradições inerentes à própria construção e estrutura do capital [...] a teoria do desenvolvimento desigual também se dirige à questão política: como a configuração geográfica da paisagem contribui para a sobrevivência do capitalismo? (SMITH,1988,p.221).

O modo de produção capitalista necessita de capital fixo para produzir, reproduzir-se e acumular. Este capital fixo é a infraestrutura como estradas, ferrovias, fábricas, portos, etc. A localização deste capital fixo está inserida numa dinâmica da acumulação do capital e o "ritmo histórico do investimento no ambiente construído forja padrões geográficos específicos que, por sua vez, influenciam fortemente o programa de acumulação do capital" (SMITH,1988,p.183). Desta forma, vamos identificando o espaço geográfico no modo de produção capitalista como a "superfície do lucro"(SMITH,1988,p.212).

Sabendo que Smith e outros estudiosos da teoria do desenvolvimento geográfico desigual não tenham trabalhado com a escala de cidade, propriamente dito, mas indicaram que o capitalismo produz desigualdades no espaço em todas as escalas. Há o esforço neste trabalho de compreender o padrão espacial em que o capital produz no limite da cidade e que evidentemente é uma paisagem funcional para a sua acumulação. Entendemos que o capital não está preocupado com o limite administrativo da cidade, o Estado tem esta responsabilidade e em comunhão com o capital organiza o espaço geográfico para uma melhor reprodução.

Ainda SMITH (1988) sobre a escala urbana menciona que a ordem do mercado imobiliário é sobreposta sobre a ordem do planejamento urbano. Assim, o capital produz o espaço urbano em razão para a sua acumulação, independente do planejamento urbano e isto tem desenvolvido uma geografia desigual nas cidades. HARVEY (2013) coloca que a

⁷ Talvez tenhamos como maior exemplo o livro do jornalista Zuenir Ventura, *A Cidade Partida*.

globalização e o neoliberalismo enfatizaram as desigualdades sociais e que "os resultados foram indelevelmente gravados nas formas espaciais de nossas cidades" (HARVEY, 2013. p. 28).

Na segunda parte desta seção iremos nos dedicar para compreender o papel do Estado no desenvolvimento geográfico desigual. Ainda SMITH (1988) indica diretrizes centrais do Estado

é função do Estado administrar a sociedade de classe, conforme os interesses da classe dominante; é o que faz através de suas armas militares, jurídicas e ideológicas e econômicas (SMITH,1988, p.79).

Contudo, para o desenvolvimento desta análise apresentaremos, principalmente, os estudos de Milton Santos e Francisco de Oliveira que produziram trabalhos no esforço de compreender a urbanização desigual no espaço, entre outros estudiosos. SANTOS (2012) apresenta a desigualdade que o Estado promove a partir de aplicação de recursos em determinadas áreas. Chama este processo de reprodução cumulativa de diferenças, onde o Estado se assemelha a lógica do capital

Desse modo, o Estado passa a presidir, para o caso particular, um aspecto da lógica capitalista que leva à **reprodução cumulativa de diferenças**. O zoneamento é o instrumento desse processo e pode consagrar a utilização prioritária dos recursos locais para setores específicos (SANTOS,2012, p.103. grifo nosso).

Esta observação é muito importante para compreender as forças dentro do modo de produção capitalista que se movimentam com o objetivo de estruturar a reprodução do capital. Assim, o Estado se coloca no movimento para a reprodução do capital e, com isto, entra na engrenagem do desenvolvimento geográfico desigual.

Em outro momento, SANTOS (1996) destacará a relevância do Estado, responsável pelos recursos públicos, na produção das cidades

a urbanização corporativa, isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que estes são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais (SANTOS, 1996, p.95).

Isto ocorre na organização interna das cidades onde a urbanização, os serviços propriamente ditos, não atende aos interesses sociais e sim aos interesses do capital. Mesmo que estas intervenções do Estado tenham aparência de "preocupação social" a sua essência é para atender aos interesses da acumulação do capital. Contudo, é válido lembrar que há contradição neste processo e que surge com os movimentos sociais urbanos que agem na contramão do desenvolvimento geográfico desigual, iremos ressaltar este ponto mais a frente. SANTOS (1996) coloca que

o capitalismo monopolista agrava a diferenciação quanto à dotação de recursos, uma vez que parcelas cada vez maiores da receita pública se dirigem à cidade econômica em detrimento da cidade social (SANTOS, 1996, p.96).

Santos divide o entendimento da cidade a partir dos interesses: a cidade social, dos trabalhadores, com prioridades e interesses. O movimento distinto seria a cidade econômica, do capital, que apresenta outras prioridades e interesses. Neste caso encontramos o que poderíamos chamar da luta de classes na cidade, onde movimentos antagônicos se enfrentam para impor o projeto de cidade.

Com a identificação da atuação do Estado diante o espaço, surge-nos uma pergunta: a qual força do capital, na cidade, interessa comandar as ações do Estado? No esforço de tentar responder a esta pergunta encontramos em SMITH (1988) o seguinte "a racionalidade do **mercado imobiliário** é trocada pela lógica política direta do planejamento urbano" (SMITH, 1988, p.200. grifo nosso). Em SANTOS (2012) vemos "Tudo está a indicar que o **subsistema do mercado** se sobrepõe ao subsistema governamental em diversos domínios, inclusive o da organização do espaço e das características da urbanização e das cidades" (SANTOS, 2012, p. 114. grifo nosso)

As pistas que Santos e Smith nos fornecem facilitam o entendimento da lógica do capital, afastando a hipótese de erro político, "falta de planejamento urbano", discurso técnico, "acasos da intervenção estatal" e tantos outros discursos que surgem na seara deste assunto. O que coloca como fundamental é a subserviência do Estado ao interesse do mercado, neste caso, imobiliário.

Encontramos em MORAES&COSTA (1984) a respeito da valorização do espaço a relação que se estabelece para produção e uso do espaço

Esse antagonismo se reflete de maneira mais ou menos simples no uso do solo urbano. Em primeiro lugar, se contrapõem proprietários e não proprietários, o que define uma renda fundiária urbana. Em segundo, assiste-se a uma agregação seletiva de valor ao solo, gerando condições ambientais diferenciadas no interior da cidade. É óbvio que as melhores localizações serão apropriadas e consumidas pelo capital e pela burguesia. [...] Como já dissemos, também o consumo dos chamados 'equipamentos coletivos' ou capital social, é bastante discriminatório, pois a sua contribuição no espaço urbano é igualmente seletiva (MORAES&COSTA, 1984, p.180).

A valorização do espaço, suma importância para o capital imobiliário, tende a ter uma relação estreita com o Estado no objetivo que este produza, como Santos diz, a reprodução cumulativa de diferenças. Produzindo espaços geográficos desiguais que são usados pelo capital para a sua acumulação e para a burguesia como uso social.

Na questão urbana no Brasil temos o ensaio O Estado e o Urbano no Brasil, OLIVEIRA (1982), que nos coloca a seguinte reflexão: o Brasil não segue o receituário da formação urbana

realizada na Europa, tivemos particularidades importantes desde a ação do Estado, da burguesia nacional e a conjuntura do capitalismo internacional.

se não se pensar num problema desse tipo, que reside em compreender o caráter dessa urbanização como o centro do capital comercial e de todas as atividades ligadas a ela, dificilmente se pode entender o fato de que a urbanização no Brasil, desde a colônia e principalmente no século XIX, avança a passo mais largos do que aqueles que nos acostumamos a entender, isto é, nós estamos acostumados a entender que o fenômeno da urbanização na sociedade e na economia brasileira é um fenômeno que se deflagra apenas a partir da industrialização (OLIVEIRA, p.38, 1982).

A consequência desta urbanização diferenciada do que já havia ocorrido em outros países da Europa, foi a formação "de um lado uma rede urbana bastante pobre e, de outro, uma rede urbana extremamente polarizada em grandes e poucas cidades" (OLIVEIRA, p.39, 1982).

Ponto que gostaríamos de destacar do ensaio é a análise da formação de uma nova estrutura de classe, onde estão trabalhadores que não controlam nenhum meio de produção e estão determinados pelo regime organizacional das grandes empresas internacionais como gerentes, gestores e especialistas em mercadologia. (OLIVEIRA, 1982)

Com a formação desta "nova classe" o capital se organiza para modificar as cidades com o objetivo de atender a esta nova demanda. Contudo, há demandas que só o Estado pode suprir. E quando o Estado atende a esta demanda automaticamente está proporcionando a reprodução do capital imobiliário, das empreiteiras, comércios varejistas entre outros que se instalam nestas áreas.

Nas palavras de OLIVEIRA (1982)

O urbano, de certa forma, é hoje a expressão da forma de organização da atividade econômica, de um lado, que cria uma certa estrutura de classes, e, de outro lado do regime político, da falta de voz das classes populares, direcionando, portanto, os gastos do Estado, todo o seu poder, desse ponto de vista de investimento, para atender sobretudo aos reclamos advindos das demandas das classes médias. (OLIVEIRA, p.51, 1982).

Ainda OLIVEIRA (1982)

esse direcionamento do Estado privilegiando demandas das classes médias altas do ponto de vista do seu gasto na urbanização, privilegiando o Estado como potência de acumulação do capital privado e sendo ele o lugar onde se arbitra a distribuição do excedente social. (OLIVEIRA, p.53, 1982).

A cidade está inserida nesta lógica de disputa onde de um lado o Estado está sob o controle do capital privado para a reprodução ampliada juntamente com a "classe média alta". De certa forma, estes proprietários do solo urbano, não precisam reivindicar diante o Estado melhorias estruturais porque o próprio capital tem a tarefa de forçar as intervenções do Estado

para a valorização de determinados espaços. Por outro lado, as classes populares quando se mobilizam contra esta lógica imposta do desenvolvimento da cidade capitalista são reprimidas.

Neste capítulo, apresentamos a compreensão da teoria do desenvolvimento geográfico desigual. Mostrando que a expansão territorial do capitalismo assume a todo o momento o seu caráter de desenvolvimento geográfico desigual que é inerente à sua natureza. Formando uma dialética entre a universalidade e a singularidade no que diz respeito à escala deste processo. O capital consegue aplicar a sua lógica de desenvolvimento geográfico desigual tanto na escala planetária quanto na escala local.

Na segunda parte, nossa preocupação foi observar o papel do Estado no desenvolvimento geográfico desigual. Identificamos que o desenvolvimento capitalista assim como fez e faz com o capital industrial, aguarda e força o Estado alocar no espaço infraestrutura para o desenvolvimento do setor de produção. Este capital industrial, evidentemente, aplica quantias exorbitantes de capital para a sua reprodução através da exploração da mão-de-obra. O que começamos a identificar é que na escala da cidade, não mais a cidade industrial, mas a cidade dos serviços e da classe capitalista, o Estado também terá o papel de fornecer infraestrutura e investimentos públicos-privado no intuito de alavancar a reprodução do capital imobiliário na cidade (renda da terra). Assim, o espaço urbano dotado de trabalho social, resultando em transporte, acesso ao saneamento básico, serviços urbanos e outros. Promove a valorização deste espaço e, por conseguinte a condição para a reprodução do capital.

Por fim, não é objetivo deste capítulo e nem é objeto da pesquisa, mas não poderíamos deixar de mencionar que diante das forças que produzem as cidades os movimentos sociais urbanos tem papel importantíssimo na luta por uma outra cidade. As reivindicações por moradia, água, luz, hospital, transporte, etc. estão na contramão da cidade produzida pelo capital resultando no desenvolvimento geográfico desigual. Ou seja, a produção e/ou o uso coletivo de equipamentos de espaços na cidade é resultado da luta política dos movimentos sociais urbanos diante a ganância do capital pela apropriação privada do espaço e dos recursos estatais para o espaço.

A razão pelas quais cidades destinadas para o comércio e serviços se desenvolvem desigualmente é devido a sua funcionalidade para a acumulação do capital, especificamente o mercado imobiliário. Faremos o esforço de compreender o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro a luz do Desenvolvimento Geográfico Desigual porque seria ingenuidade compreender a cidade do Rio de Janeiro a partir dos discursos já mencionados aqui. Os limites estabelecidos da pesquisa, a cidade do Rio de Janeiro, auxiliarão para observar a atuação do Estado na esfera municipal como mais uma força que produz a cidade.

2 AS ÁREAS DE PLANEJAMENTO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E SUAS DESIGUALDADES SÓCIO-ESPACIAIS

Este capítulo será apresentado em três momentos: o primeiro, apresentaremos o panorama da cidade do Rio de Janeiro a partir da divisão administrativa que fragmenta a cidade em cinco Áreas de Planejamento; o segundo, a literatura especializada na cidade do Rio de Janeiro que investigou o desenvolvimento da cidade em determinados períodos; o terceiro, os dados levantados pelos órgãos de Estado como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), com intuito de ilustrar a desigualdade sócio-espacial da cidade.

Ainda sobre os dados informamos que foram selecionados dados agrupados através de índices desenvolvidos pelos órgãos de planejamento do Estado como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Desenvolvimento Social (IDS). Para uma melhor análise desmembramos estes dados agrupados que possibilitou uma verificação do desenvolvimento de cada área a partir de indicadores específicos.

Por último, apresentamos uma síntese da análise dos dados estudados neste trabalho. Contudo esta parte não esgota a nossa compreensão dos dados, pois dedicaremos o capítulo da conclusão para analisarmos as possíveis relações entre o material pesquisado.

2.1 As Áreas de Planejamento da Cidade do Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro, para fins de planejamento da prefeitura, divide-se em cinco Áreas de Planejamento (AP), 33 Regiões Administrativas (R.A) e 160 bairros (IPP, 2005). Esta divisão auxilia na organização dos dados produzidos pelas secretarias e autarquias do governo municipal, além dos dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As Áreas de Planejamento da cidade tem relação com os nomes habitualmente mencionados pela a população e nos veículos informação. Trabalhos técnicos⁸ produzidos pelo o Instituto de Urbanismo Pereira Passos (IPP) também fazem associações das AP's com os

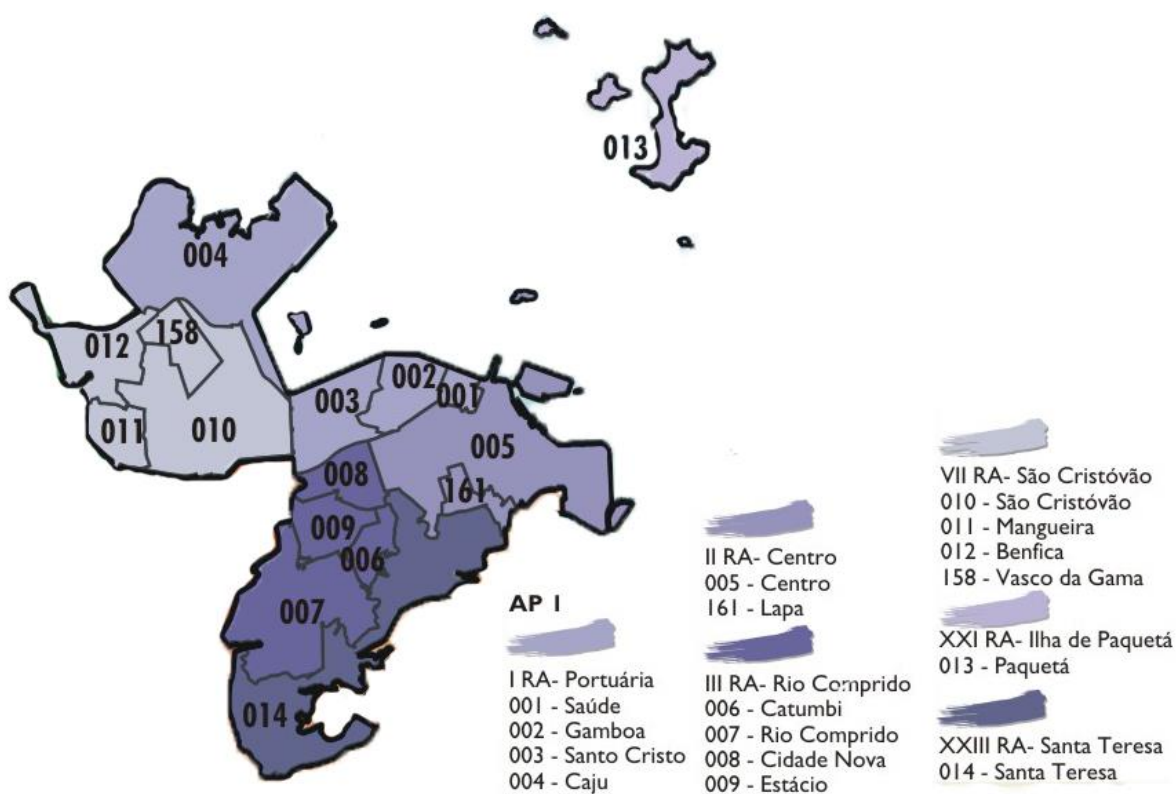
⁸ Ver o trabalho Favelas na Cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010, autores Cavallieri e Vial, 2012.

nomes habituais, sendo eles: AP1 - Centro; AP2 - Zona Sul; AP3 - Zona Norte; AP4 - Barra/Jacarepaguá; AP5 - Zona Oeste. Este trabalho adotará estes termos com o objetivo de dialogar com os trabalhos técnicos e os nomes habitualmente mencionados.

2.1.1 AP1 – Centro

A Área de Planejamento 1, é formada por 15 bairros e 6 Regiões Administrativas (I RA- Portuária, II RA- Centro, III RA- Rio Comprido, VII RA- São Cristóvão, XXI RA- Ilha de Paquetá, XXIII RA- Santa Teresa), representa 2,8% do território municipal. Esta área apresenta as primeiras edificações no espaço urbano da cidade, tendo sido capital do Brasil até 1960.

Figura 1 - Área de Planejamento 1, Regiões Administrativas e Bairros



Fonte: I.P.P (2004). Adaptação do autor, 2014.

Segundo dados do IPP (2005), esta área da cidade tem cerca de 21.800 estabelecimentos, 87,8% do segmento de comércio e serviços que empregam entorno de 327 mil pessoas e tem o

maior volume de arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (I.C.M.S)⁹.

A área central apresenta os principais equipamentos de infraestrutura na cidade do Rio de Janeiro. Equipamentos que atraem cotidianamente a população de outras áreas da cidade e do Estado. No eixo transporte: aeroporto, rodoviária estadual, porto, terminais hidroviário, ferroviário e metroviário. No eixo esporte e lazer: estádios de futebol, sambódromo, Cidade do Samba, escolas de samba, Quinta da Boa Vista/Jardim Zoológico, casas noturnas (no bairro da Lapa) e o Centro de Tradições Nordestinas. No eixo cultura: Museus (Histórico Nacional, do Primeiro Reinado, Nacional de Belas Artes, de Arte Moderna, da Marinha etc.), Observatório Nacional, Teatros (Municipal, João Caetano, Carlos Gomes), Centros Culturais (Centro Cultural do Banco do Brasil, Centro Cultural dos Correios, Casa França Brasil, LIGHT); Candelária, Catedral Metropolitana, Mosteiro de São Bento, Convento de Santo Antônio. No eixo saúde e educação: hospitais municipais, estaduais, federais e particulares; Universidades públicas e particulares. No eixo sedes institucionais: Prefeitura da Cidade, Secretarias de Estado, consulados, Assembléia Legislativa, Câmara Municipal, Áreas Militares, Polícia Federal, Palácio da Justiça, entre outros.

Com os dados levantados pelo o Censo de 2000, o IPP produziu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade do Rio de Janeiro¹⁰. As seis regiões administrativas que compõem a área tratada, cinco estão entre as consideradas de alto desenvolvimento; são elas, com a indicação de seus respectivos IDH e posição no ranking municipal: Centro (0,894 – 7^a), Santa Teresa (0,868 – 8^a), Rio Comprido (0,836 – 13^a), Ilha de Paquetá (0,822 – 17^a) e São Cristóvão (0,814 – 18^a). A R.A Portuária, por sua vez, apresenta I.D.H considerado médio (0,775 – 24^a).

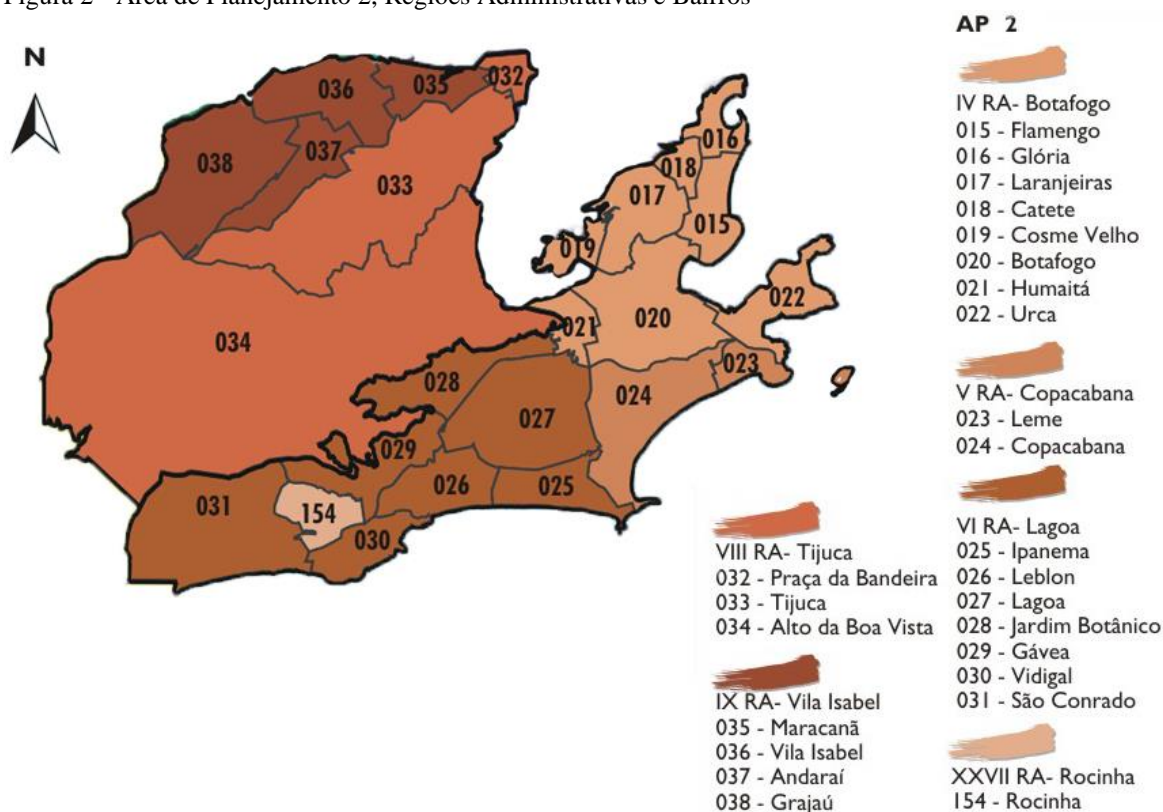
⁹ Os dados apresentados são referentes ao Censo de 2000. O IPP não produziu material, até o dado momento, que substituísse estas informações com os dados do Censo de 2010.

¹⁰ O Índice de Desenvolvimento Humano (I.D.H), produzido pelo I.P.P ainda não foi atualizado com o último Censo, de 2010. O trabalho consultado está disponível em (http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2352_Relat%C3%B3rio%20de%20Desenvolvimento%20Humano.pdf). Consultado em 1/10/2013.

2.1.2 AP2 - Zona Sul

A Área de Planejamento 2, é composta por 25 bairros, distribuídos por 6 Regiões Administrativas (IV RA- Botafogo, V RA- Copacabana, VI RA- Lagoa, XXVII RA- Rocinha, VIII RA- Tijuca, IX RA- Vila Isabel), representa 8,2 do território da cidade. (I.P.P, 2005).

Figura 2 - Área de Planejamento 2, Regiões Administrativas e Bairros



Fonte: I.P.P (2004). Adaptação do autor, 2014.

Esta área do município teve sua expansão através da implantação das primeiras linhas de bondes em 1868 (ABREU, 2008). Sua localização geográfica é caracterizada por estar entre o mar e o Maciço da Tijuca.

A AP2 tem características que a destaca das demais, os principais são o parque hoteleiro da cidade, os pontos turísticos e o processo de verticalização. As duas primeiras características atraem anualmente milhares de turistas nacionais e internacionais para esta área. É importante destacar a informação de que alguns bairros como Praça da Bandeira, Tijuca, Alto da Boa Vista, Maracanã, Vila Isabel, Andaraí, Grajaú e Rocinha fazem parte da AP2. Estes bairros têm diferenças socioeconômicas e de infraestrutura dos demais bairros da área. Contudo, não

pretendemos deslocá-los para outra área devido ao recorte espacial realizado pelo I.P.P e a produção de dados.

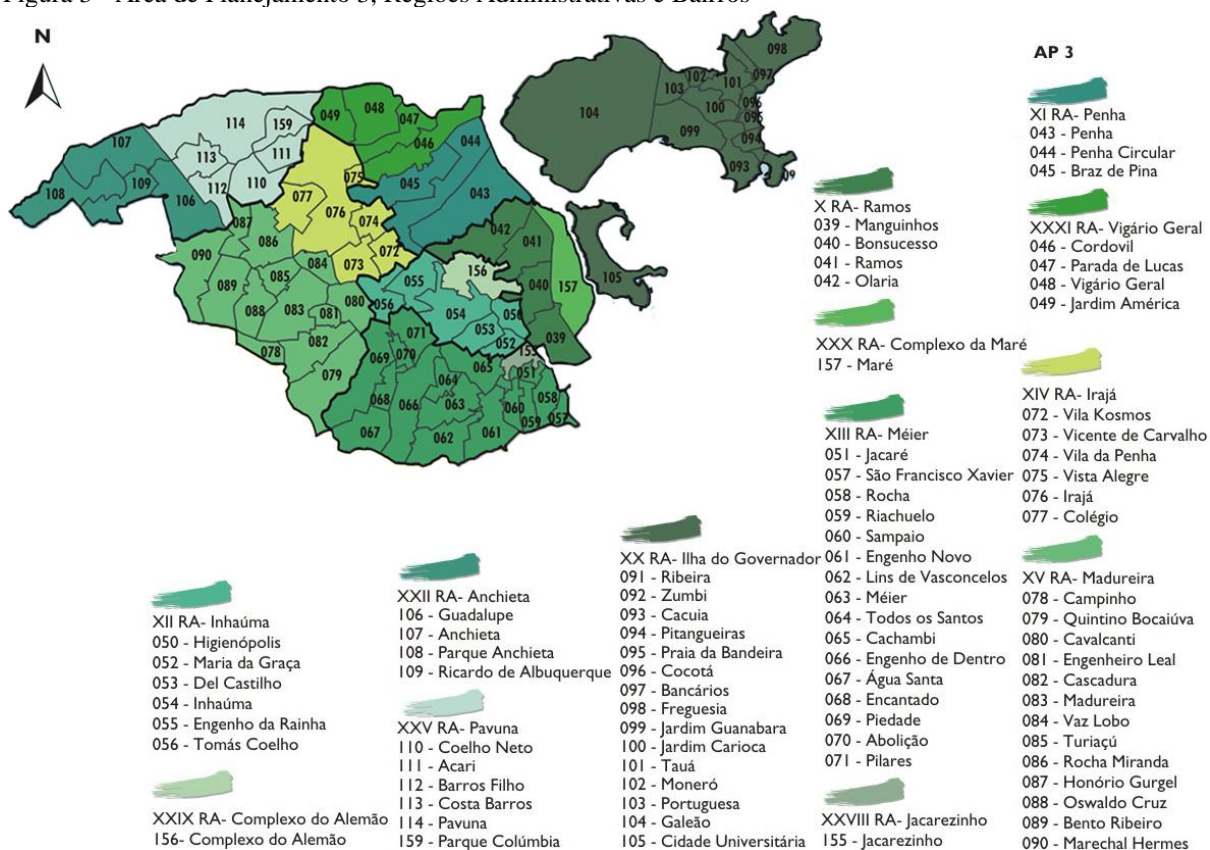
Os equipamentos urbanos localizados nesta área no eixo transporte são: estações metroviárias e acesso ao transporte rodoviário. No eixo esporte e lazer: praias e orla marítima, Parque do Flamengo, Lagoa Rodrigo de Freitas, Maracanã, Jóquei Clube, Jardim Botânico, Clubes de Futebol como Flamengo, Fluminense e Botafogo, cinemas, teatros, casas de espetáculos. No eixo saúde e educação: hospital públicos e particulares; universidades públicas e particulares. No eixo sedes institucionais: Palácio Guanabara e Palácio da Cidade.

O Índice de Desenvolvimento Humano da AP 2 está classificado como de alto desenvolvimento humano. Como mencionado acima, as 6 Regiões Administrativas que compõem a AP 2, cinco R.A's estão entre as 6 primeiras do município: Copacabana (0,956 – 1^a), seguida pela Lagoa (0,951 – 2^a), Botafogo (0,947 – 3^a), Tijuca (0,923 – 4^a) e, a RA de Vila Isabel (0,916 – 6^a). Por último, a RA da Rocinha (0,735 – 29^a) atrás apenas de Jacarezinho, Complexo da Maré e Complexo do Alemão. Este último dado nos alerta para o possível ocultamento de áreas com situações socioeconômicas distintas dentro das AP's.

2.1.3 AP3 - Zona Norte

A Área de Planejamento 3 possui 80 bairros distribuídos em 13 Regiões Administrativas (X RA- Ramos, XI RA- Penha, XII RA- Inhaúma, XIII RA- Méier, XIV RA- Irajá, XV RA- Madureira, XXII RA- Anchieta, XXV RA- Pavuna, XX RA- Ilha do Governador, XXVIII RA- Jacarezinho, XXIX RA- Complexo do Alemão, XXX RA- Complexo da Maré, XXXI RA- Vigário Geral), representa 16,6% do território municipal. Esta área da cidade habitualmente é referida como zona norte (IPP,2005).

Figura 3 - Área de Planejamento 3, Regiões Administrativas e Bairros



Fonte: I.P.P (2004). Adaptação do autor, 2014.

O desenvolvimento desta área da cidade ocorre, principalmente com a implantação da linha férrea Dom Pedro II, atual Central do Brasil (ABREU, 2008). Possibilitando a formação de bairros no entorno das estações.

Como realizado acima, colocaremos os principais equipamentos urbanos localizados nesta AP. No eixo transporte: estações metroviárias, ferroviárias e acesso ao transporte rodoviário; aeroporto internacional. No eixo Esporte e Lazer: Escolas de Samba, estádios de futebol como São Januário e João Havelange. No eixo cultura: escolas de samba e museus com representatividade local. No eixo saúde e educação: hospitais públicos e privados; universidade públicas e privadas.

Em relação ao IDH da área podemos dizer que há variações, porém detém o IDH mais baixo da cidade do Rio de Janeiro. Nas 13 regiões administrativas que compõem a AP 3, apenas 12 são consideradas na pesquisa do IDH¹¹: Méier (0,865 – 9^a), Ilha do Governador (0,862 – 10^a), Irajá (0,851 – 11^a), Madureira (0,834 – 14^a), Inhaúma (0,833 – 15^a), Ramos (0,828 – 16^a),

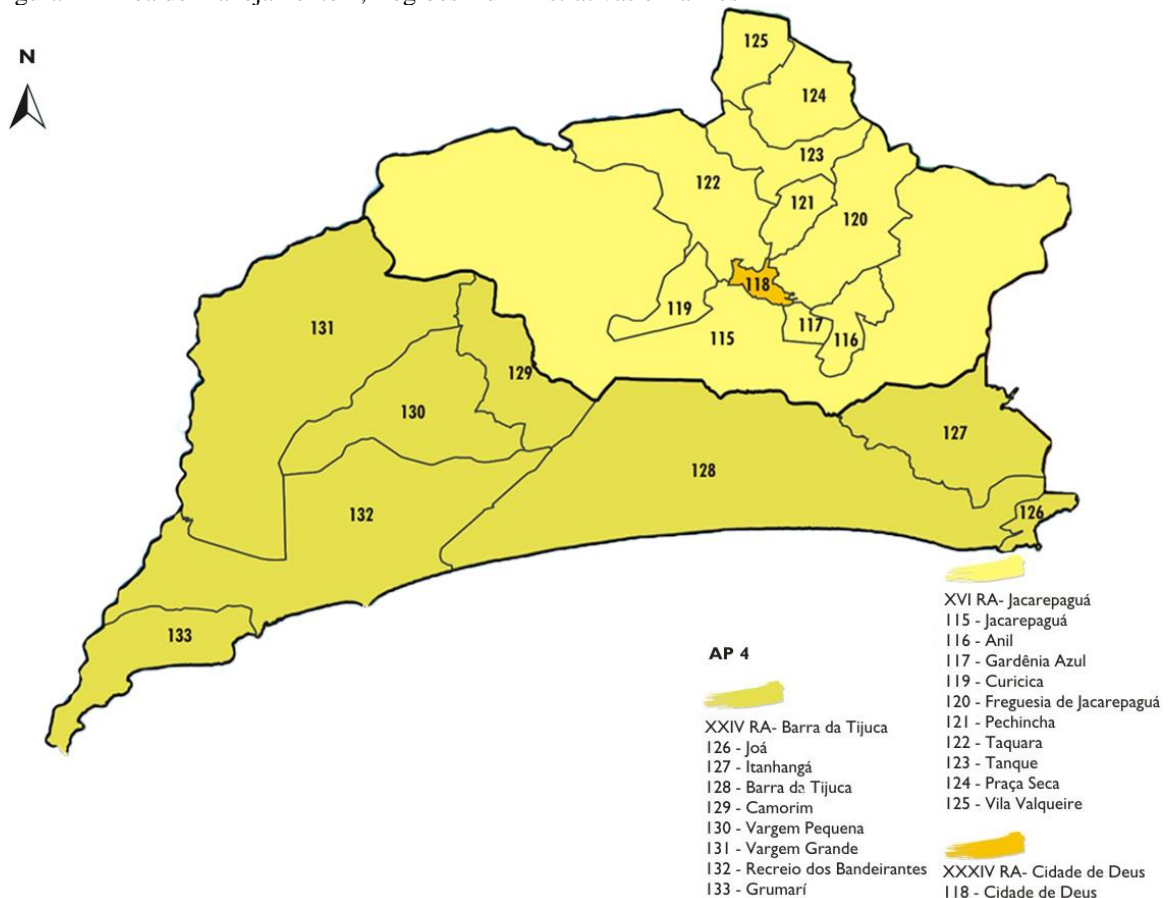
¹¹ Segundo o I.P.P "a R.A de Vigário Geral integrava a R.A da Penha à época da pesquisa "(IPP,2005. p.25)

Penha (0,805 – 20^a) e Anchieta (0,805 – 21^a). Os três piores índices do município estão na AP 3: Jacarezinho (0,731 – 30^a), Maré (0,719 – 31^a) e Complexo do Alemão (0,709 – 32^a).

2.1.4 AP4 - Barra da Tijuca/Jacarepaguá

A Área de Planejamento 4 é formada por 19 bairros distribuídos por 3 Regiões Administrativas (XVI RA- Jacarepaguá, XXIV RA- Barra da Tijuca e XXXIV- Cidade de Deus), representa 24% do município. A AP4 tem registrado crescimento das funções urbanas tanto para residência como para atividades comerciais. A ação do mercado imobiliário é bastante forte na área, chegando a responder em 2004 por 69,3% das unidades lançadas em empreendimentos imobiliários efetuados na cidade. (IPP,2005)

Figura 4 - Área de Planejamento 4, Regiões Administrativas e Bairros



Fonte: I.P.P (2004). Adaptação do autor, 2014.

É válido destacar que esta área da cidade tem apresentado o maior crescimento populacional. As três Regiões Administrativas da AP4, duas têm o maior crescimento populacional registrado, sendo elas: XXIV Barra da Tijuca com acréscimo de 126.470, XVI Jacarepaguá com 102.935. A R.A Cidade de Deus diminuiu a sua população residente em 1.501. O crescimento em números absolutos é tão superior que a Região Administrativa com terceiro maior crescimento é a de Campo Grande com 57.722.¹²

Os equipamentos desta área são: no eixo de transporte o aeroporto de Jacarepaguá e acesso ao transporte rodoviário. No eixo esporte e lazer pode ser destacado o Autódromo e o parque aquático Maria Lenk. No eixo cultura: Cidade da Música e os *shoppings centers* que centralizam os cinemas e teatros. No eixo saúde e educação: hospitais públicos e particulares; e as universidades particulares.

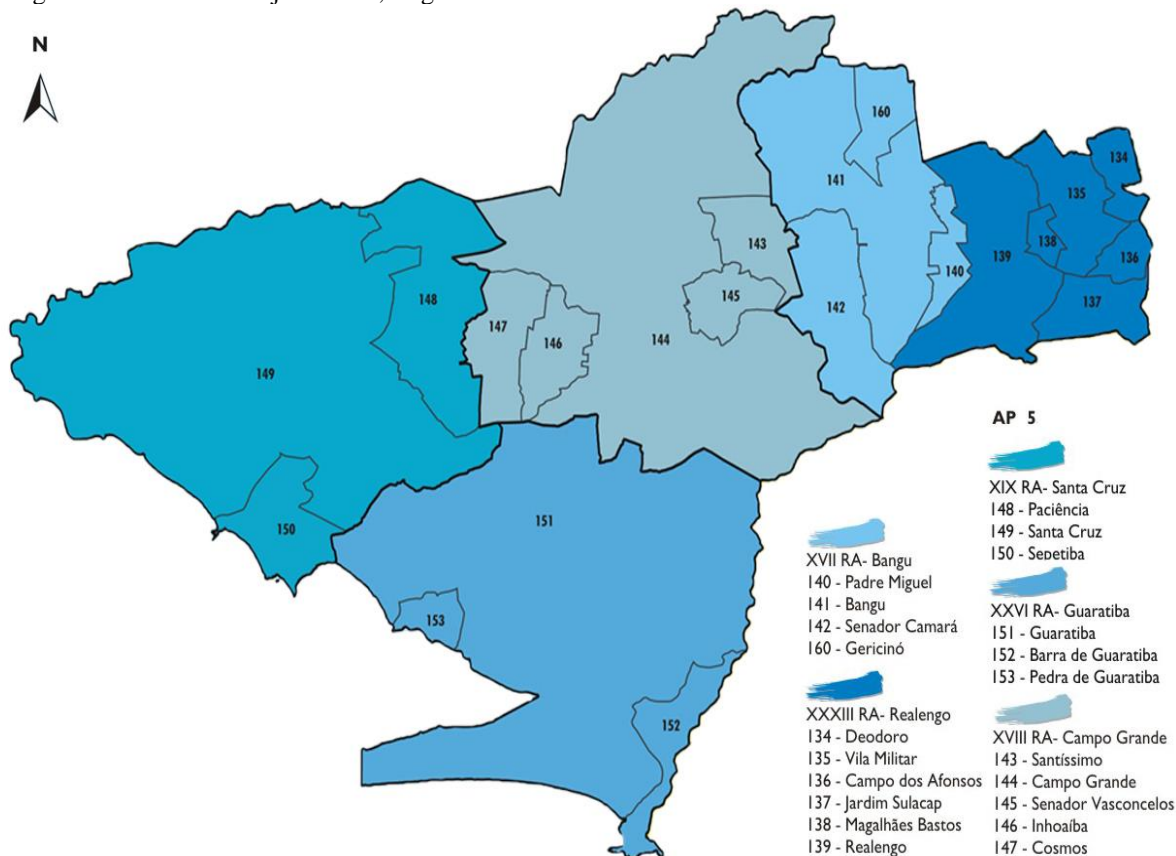
Referente ao I.D.H da AP 4, as 3 regiões administrativas que compõem a AP 4, temos o seguinte quadro: Barra da Tijuca (0,918 – 5ª), Jacarepaguá (0,844 – 12ª) e Cidade de Deus (0,754 – 26ª), que está entre as sete últimas.

2.1.5 AP5 - Zona Oeste

Área de Planejamento 5 é formada por 20 bairros e 5 regiões administrativas (XVII RA- Bangu, XXXIII RA- Realengo, XVIII- Campo Grande, XIX RA- Santa Cruz, XXVI RA- Guaratiba), representa 48,4% do território. Esta área apresenta grandes elementos físicos como o Maciço de Gericinó-Mendanha, o Maciço da Pedra Branca e a Baía de Sepetiba.

¹² Fonte: Censo Demográfico 2010, IBGE.

Figura 5 - Área de Planejamento 5, Regiões Administrativas e Bairros



Fonte: I.P.P (2004). Adaptação do autor, 2014.

A zona oeste, como é conhecida, a partir da década de 1960 foi extinguindo os usos agrícolas do solo e hoje apresenta baixíssima atividade agrícola. Em seu território tem a maior quantidade de loteamentos¹³ chegando ao total de 599. A AP 5 tem como característica a ocupação do solo através da linha férrea e, nos últimos anos, a ocupação pela Avenida Brasil. (IPP, 2005)

No que tange a infraestrutura, esta área é bastante deficiente. No eixo de transporte apresenta estações ferroviárias e acesso ao setor rodoviário. No eixo esporte e lazer equipamentos de uso local. No eixo cultura: *shoppings centers* que centralizam os cinemas da área e iniciativas locais. No eixo saúde e educação: hospitais públicos e particulares; universidades particulares.

O I.D.H das 5 regiões administrativas que compõem a AP 5, apenas uma está entre as 20 primeiras regiões: Realengo (0,813 – 19^a). As demais regiões encontram-se: Campo Grande (0,792 – 22^a), Bangu (0,792 – 23^a), Santa Cruz (0,747 – 27^a) e Guaratiba (0,746 – 28^a).

¹³Loteamento são áreas de propriedade privada, mas com enormes deficiências aos padrões urbanísticos estabelecidos pelo o Estado. Na cidade do Rio de Janeiro estão espacializados da seguinte forma AP1 (1), AP2 (1), AP3 (225), AP4 (155) e AP5 (599). Dados da prefeitura do Rio de Janeiro em Nov/2012.

2.2 A desigualdade nas AP's: da Literatura para os Dados

Com as descrições acima sobre as Áreas de Planejamento é possível identificar a desigualdade entre as AP's, principalmente, pelos Índices de Desenvolvimento Humano. Contudo, para finalizar este capítulo recorreremos a literatura especializada e aos dados que apontam esta desigualdade.

Ao analisar o trabalho do geógrafo Maurício Abreu, A evolução urbana do Rio de Janeiro, nos deparamos com um estudo aprofundado na busca de compreender a produção desigual da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e do território da cidade capital do Estado. Segundo ABREU (2008),

as políticas e investimentos públicos, associados ou não ao capital privado, têm privilegiado apenas os locais que asseguram retorno financeiro ao capital investido, ou seja, as áreas mais ricas da cidade. Resulta daí a acentuação das disparidades intrametropolitanas e, por conseguinte, do modelo espacial dicotômico no qual um núcleo hipertrofiado e rico (em termos de renda e de oferta de meios de consumo coletivo) é cercado por periferias cada vez mais pobres e carentes desses serviços (ABREU, 2008.p.11).

Este trabalho nos oferece pistas para identificar o legado espacial produzido ao longo dos anos no município do Rio de Janeiro. Ainda, ABREU (2008), informa que a instalação dos bondes e dos trens foram os elementos responsáveis pela "solidificação de uma dicotomia núcleo-periferia que já se esboçava, como visto, antes de 1870" (ABREU, 2008. p. 44).

Para ressaltar as intervenções estatais que produziram e reproduziram a desigualdade espacial no Rio de Janeiro, mencionaremos quatro períodos:

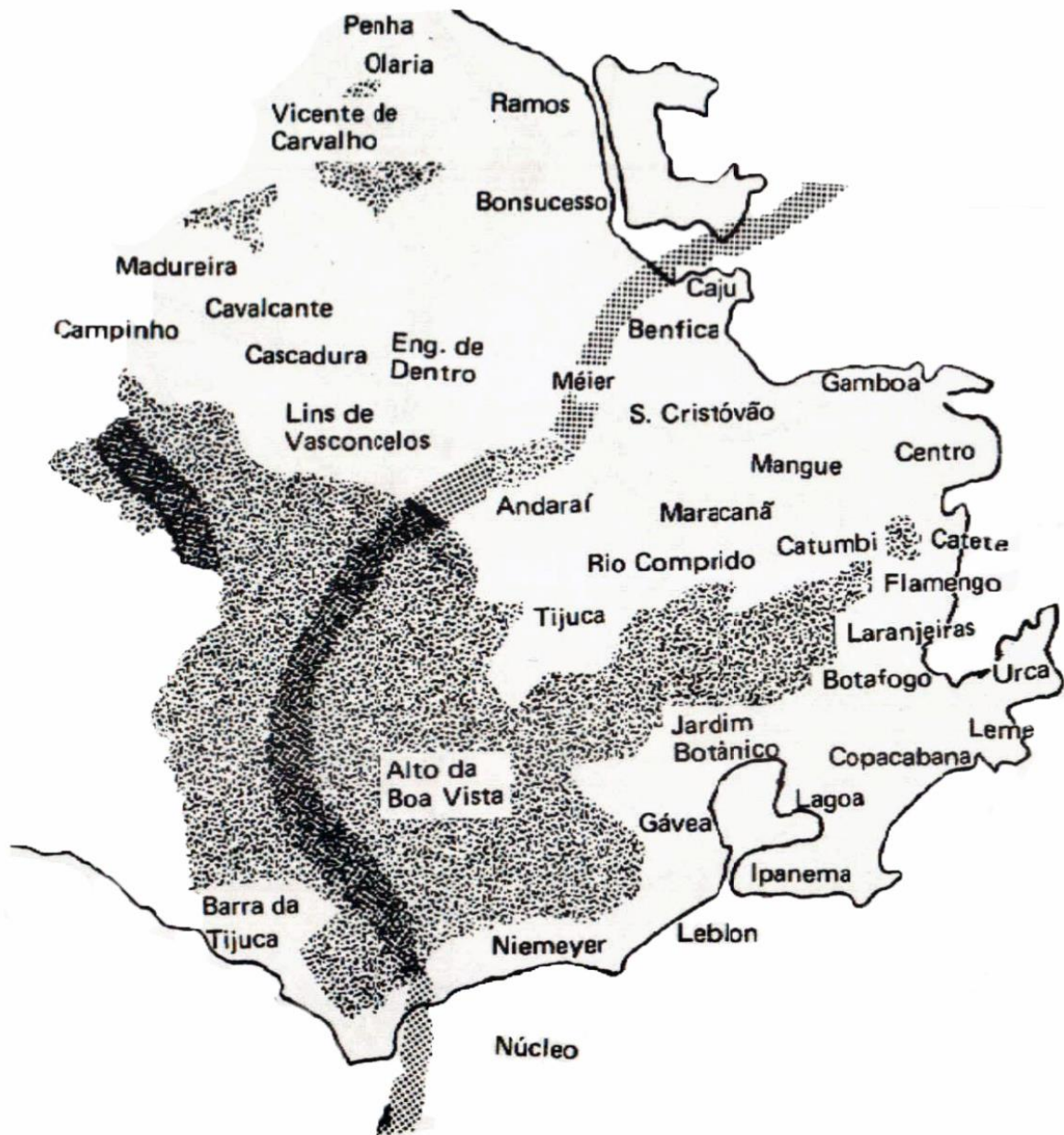
- a) A Reforma Pereira Passos representa uma importante intervenção estatal na cidade que teve como localização de suas obras o centro, apesar da cidade nesta época não estar espalhada, momentos posteriores reproduziu-se a mesma lógica espacial de intervenções no centro;
- b) André Gustavo Paulo de Frontin (administração entre janeiro e julho de 1919) foi responsável por inúmeras obras no núcleo metropolitano¹⁴ como o alargamento da Avenida Atlântica, construção da Avenida Meridional (atual Delfim Moreira), grande parte da Avenida Rio Comprido (atual Paulo de Frontin), perfuração do túnel João Ricardo, prolongamento da Avenida Beira

¹⁴ Este conceito é utilizado por Abreu que aproximadamente corresponde aos bairros do centro, zona sul e na direção do subúrbio tendo como limite o bairro do Méier. Ver Mapa 6.

Mar (atual Presidente Wilson), construção do cais da Urca e alargamento da Avenida Niemeyer;

- c) A administração de Carlos Sampaio (1920-1922) teve como objetivo aparente preparar a cidade para as comemorações do primeiro centenário da Independência do Brasil, mas suas obras foram realizadas no núcleo metropolitano e na zona sul da cidade, sendo elas, o desmonte do Morro do Castelo e da Misericórdia, construção da Avenida Portugal (no bairro da Urca) e da Avenida Maracanã, alargamento da Avenida Niemeyer, reconstrução da Avenida Atlântica, obras de aterro e saneamento na zona sul e, por fim, uma obra de acessibilidade através da perfuração do túnel que ligaria o centro à zona sul. A partir da década de 1930 "as intervenções urbanas passaram a estar orientadas para criar cidades mais eficientes" (PIRES,2010), planos urbanos foram desenvolvidos com esta função de "eficiência";
- d) A partir da década de 1960 o núcleo metropolitano se torna mais uma vez local escolhido para novas intervenções estatais gestadas pelo governo federal e estadual, desta vez grandes obras são realizadas como túneis, viadutos, autopistas, sistemas abastecedores de água e outras obras. (ABREU, 2008)

Figura 6 - Núcleo Metropolitano do Município do Rio de Janeiro (1978)



Fonte: ABREU, 2008. p.21. Adaptado pelo autor, 2014..

Estas intervenções permitem-nos verificar que as grandes obras estatais na cidade do Rio de Janeiro, ao longo do século XX, foram efetuadas no centro e na zona sul. Estas obras estiveram atreladas com a política de segregação socioespacial através de remoções forçadas e encarecimento dos imóveis para compra e aluguel. Forçando trabalhadores empobrecidos residentes nestes lugares a migrarem para periferias, nas palavras de ABREU (2008)

já estavam lançadas as bases ideológicas da ocupação da nova cidade que iria surgir. As áreas abertas pela ferrovia deveriam se destinar aos mais pobres, que para lá já se deslocavam voluntária ou involuntariamente [...] Trem, subúrbio e população de baixa renda passavam a ser sinônimos aos quais se contrapunha a associação bonde/zona sul/ estilo de vida 'moderno'(ABREU, 2008. p.57).

A partir do trabalho minucioso de Abreu apresentando um resgate histórico do legado espacial da cidade do Rio de Janeiro, faremos uso, posteriormente, dos dados produzidos no censo de 2000 e 2010 como uma forma de comparar o legado espacial deste período.

Outro trabalho que gostaríamos de destacar é a pesquisa sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A pesquisa foi realizada por RIBEIRO (2000), onde faz um estudo com dados quantitativos referentes aos censos dos anos de 1980 e 1991, com o objetivo de identificar o movimento da estrutura social neste espaço.

Se, por um lado, não ocorreu aumento da polarização no que diz respeito a sua estrutura social, não confirmando a tendência à dualização prevista em parte da literatura, por outro, é possível que tenhamos um espaço crescentemente desigual. Testamos essa hipótese por meio de alguns indicadores referentes aos seguintes temas: renda, acesso a bens de consumo duráveis, acesso a serviços urbanos, acesso à educação e qualidade de moradia (RIBEIRO, 2000, p.18)¹⁵

De acordo com a pesquisa a renda, apresenta um fosso entre os tipos superiores. Para às condições de vida o saneamento manteve distância entre o topo e a base da estrutura social. O índice sobre qualidade da moradia mostrou que "todas as áreas operárias e populares mantiveram percentuais abaixo dos observados" (RIBEIRO, 2000, p.19). Apesar da pesquisa adotar a Região Metropolitana do Rio de Janeiro como recorte espacial, encontramos no texto informações que corroboram para o estudo realizado onde apresentaremos adiante dados dos últimos censos que indicam padrões geográficos da cidade do Rio de Janeiro.

Ainda na pesquisa referida, RIBEIRO (2000), indica que "a exclusão urbana no espaço social do Rio de Janeiro é o produto das práticas de auto segregação das elites dirigentes e intelectual"(RIBEIRO, 2000, p.20). Discordamos deste entendimento de Ribeiro, como já apresentado no capítulo anterior, o Estado tem papel fundamental na exclusão sócioespacial de determinada parcela da sociedade. A afirmação de RIBEIRO (2000) implica em não colocar valor na ação do Estado. A classe dominante não pode colocar elementos no espaço que justifica um espaço de inclusão ou exclusão, como água encanada, fornecimento de gás, luz, eixos de transporte como rodovias, asfalto, etc. Sendo assim, entendemos que há a auto segregação das classes dominantes, mas com dependência do Estado e ao mesmo tempo há uma pressão para infraestruturar o espaço que a classe dominante irá ocupar.

Por fim, nesta parte do texto apresentamos trabalhos já realizados que indicaram o padrão geográfico da cidade do Rio de Janeiro. A literatura faz um resgate do século XX desde o início das obras urbanas que tiveram claras decisões políticas para a sua seleção no espaço.

¹⁵ Ribeiro não apresenta todos os dados que indicou na hipótese, justificando pelos limites do referente texto.

Para a próxima parte do texto colocaremos os dados dos censos 2000 e 2010 para entendermos o que modificou ou perdura na cidade.

2.3 Levantamento de Dados

Para esta fase do trabalho apresentaremos variáveis selecionadas que entendemos que têm funções no desenvolvimento do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro¹⁶. Dividimos em dois blocos: as variáveis do conjunto da infra estrutura e serviços urbanos; e, as variáveis que diz respeito ao nível de vida da população. Evidentemente esta divisão é apenas para fins de organização da pesquisa, observamos que os indicadores têm relações muito próximas e estão interligados.

A taxa de população urbana da cidade do Rio de Janeiro é de 100% (IBGE,2010), ou seja, não há população residente em área rural. Isto coloca uma tarefa para o Estado na esfera municipal que é de atender toda a população da cidade com as políticas públicas que diz respeito ao espaço urbano.

2.3.1 Dados de Infra-estrutura

Como já informamos acima, trabalharemos com o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) como informação base para as áreas de planejamento e por último a informação sobre a existência e consumo de energia elétrica segundo as áreas.

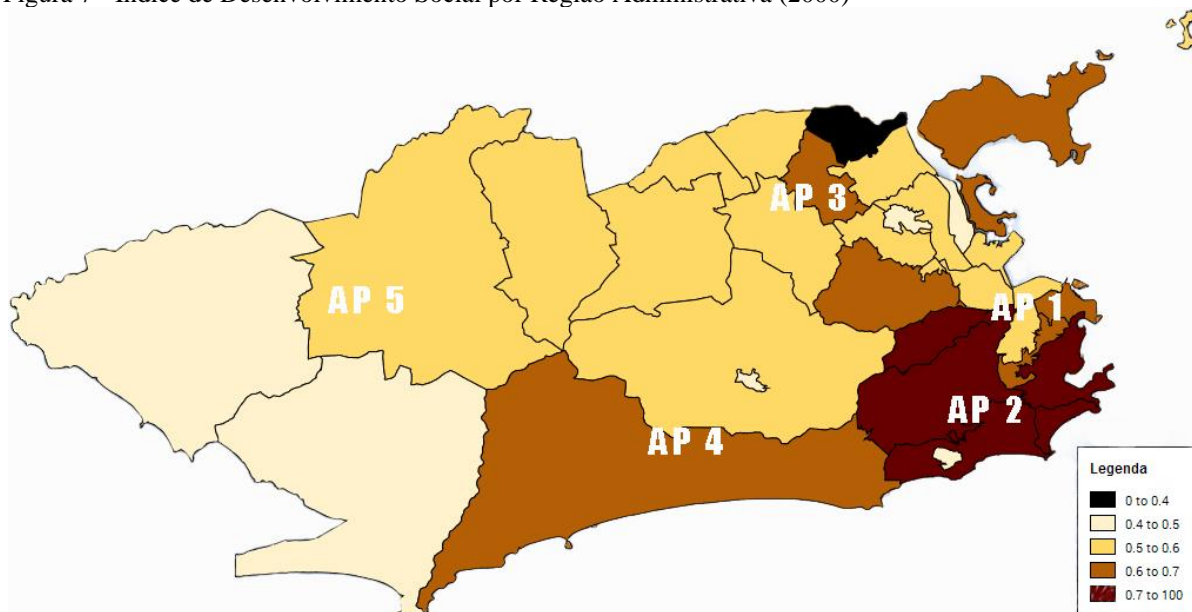
A fim de esclarecimento, para a produção do Índice de Desenvolvimento Social (produzido pelo IPP) são utilizados 10 indicadores, tais indicadores envolvem quatro grandes dimensões: a primeira, acesso a saneamento básico (abastecimento de água adequada, esgoto adequado e coleta de lixo); a segunda, qualidade habitacional (número médio de banheiros por pessoa); a terceira, grau de escolaridade (analfabetismo em maiores de 15 anos, chefes de

¹⁶ Milton Santos no livro *Urbanização Desigual* apresenta inúmeras variáveis para expor a urbanização desigual, sendo algumas delas: população urbana, taxa de urbanização, mortalidade infantil, expectativa de vida, taxa de dependência, alfabetização, escolaridade, circulação postal, circulação de jornais, frequência a cinemas, médicos por habitantes, consumo de energia, renda per capita e outros. Para este trabalho limitamo-nos aos dados fornecidos pelos institutos de levantamento de dados do Estado.

domicílio com menos de quatro anos de estudo e chefe de domicílio com 15 anos ou mais de estudo); a quarta, renda (rendimento médio dos chefes de domicílios em salários mínimos, percentagem dos chefes de domicílio com renda até dois salários mínimos e percentagem dos chefes de domicílio com rendimento igual ou superior a 10 salários mínimos). O índice trabalha com a variável de 0 à 1.

O IDS relaciona elementos importantes para a análise espacial, por exemplo, a dimensão do saneamento básico que possibilita a compreensão da infra-estrutura de serviços domiciliares da cidade. O Mapa 7 mostra que as Regiões Administrativas da Lagoa (0,786), Copacabana (0,753), Botafogo (0,752), Tijuca (0,719) e Vila Isabel (0,707) se destacam como as melhores áreas da cidade. No mesmo mapa é possível visualizar um enclave de cor mais clara que representa a Região Administrativa da Rocinha (0,457), na AP 2, penúltimo valor atrás apenas da R.A de Guaratiba (0,445). Este exemplo nos alerta para o possível encobrimento de informações de áreas com dificuldades de acesso de serviços, como é o caso das favelas.

Figura 7 - Índice de Desenvolvimento Social por Região Administrativa (2000)



Nota: A Região Administrativa Vigário Geral em preto não foi informado o índice que lhe correspondia.

Fonte: IPP, 2012. Elaborado pelo autor, 2014.

No mesmo mapa encontramos na AP5 Regiões Administrativas com o índice baixíssimo, por exemplo, Realengo (0,553), Bangu (0,520), Campo Grande (0,506), Santa Cruz (0,478) e Guaratiba (0,446). Ou seja, as RA's que compõem a AP 5 têm os índices mais baixos da cidade (ver Tabela 1).

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Social por Região Administrativa-2000

Posição	Regiões Administrativas	Índice de Desenvolvimento Social	Posição	Regiões Administrativas	Índice de Desenvolvimento Social
1	Lagoa (AP2)	0.786	17	Madureira(AP3)	0.579
2	Copacabana(AP2)	0.753	18	São Cristovão(AP1)	0.571
3	Botafogo(AP2)	0.752	19	Penha(AP3)	0.565
4	Tijuca(AP2)	0.719	20	Realengo(AP3)	0.553
5	Vila Isabel(AP2)	0.707	21	Anchieta(AP3)	0.533
6	Barra da Tijuca(AP4)	0.679	22	Portuária(AP1)	0.531
7	Méier(AP3)	0.639	23	Pavuna(AP3)	0.520
8	Centro(AP2)	0.629	24	Bangu(AP5)	0.520
9	Ilha do Governador(AP3)	0.621	25	Campo Grande(AP5)	0.506
10	Santa Teresa(AP2)	0.608	26	Jacarezinho(AP3)	0.501
11	Irajá(AP3)	0.600	27	Cidade de Deus(AP4)	0.498
12	Ilha de Paquetá(AP1)	0.594	28	Maré(AP3)	0.497
13	Rio Comprido(AP1)	0.593	29	Santa Cruz(AP5)	0.478
14	Jacarepaguá(AP4)	0.585	30	Complexo do Alemão(AP3)	0.474
15	Ramos(AP3)	0.581	31	Rocinha(AP2)	0.458
16	Inhaúma(AP3)	0.580	32	Guaratiba(AP5)	0.446

Nota: A Região Administrativa Vigário Geral não se encontra no quadro.

Fonte: I.P.P, 2012. Elaborado pelo autor, 2014.

Com os dados de 2010 visualizamos novamente índices mais altos para as AP2 e AP1. A Tabela 2 além de mostrar o índice final que já identifica as áreas com mais infra estrutura, fornece os dados desmembrados o IDS. Apresenta a média da cidade e suas respectivas Áreas de Planejamento.

Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e seus indicadores constituintes, segundo as Áreas de Planejamento – 2010 (continua)

Áreas de Planejamento, Regiões de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros	Cidade	AP1	AP2	AP3	AP4	AP5
Índice de Desenvolvimento Social	0.61	0.60	0.70	0.59	0.62	0.56
% de domicílios particulares permanentes com serviço de abastecimento de água adequado	98.45	99.42	99.02	99.10	96.38	98.05
% de domicílios particulares permanentes com serviço de esgoto adequado	90.91	97.33	98.20	95.26	81.97	82.88
% de domicílios particulares permanentes com serviço de coleta de lixo adequado	99.23	98.61	99.78	99.00	99.22	99.29
Banheiros por moradores	0.51	0.45	0.81	0.44	0.60	0.41
% de analfabetismo de 10 a 14 anos	2.01	2.20	1.45	2.01	2.04	2.16

Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e seus indicadores constituintes, segundo as Áreas de Planejamento – 2010 (conclusão)

Áreas de Planejamento, Regiões de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros	Cidade	AP1	AP2	AP3	AP4	AP5
Rendimento médio dos responsáveis, que têm rendimento, pelos domicílios em salários mínimos	4.78	3.27	9.57	3.14	6.67	2.51
% dos responsáveis por domicílios, que têm rendimento, com rendimento até dois salários mínimos	48.86	56.03	22.08	55.57	41.39	63.67
% dos responsáveis por domicílios, que têm rendimento, com rendimento igual ou superior a 10 salários mínimos	10.33	4.39	29.35	3.65	17.44	1.80

Fonte: I.P.P, 2012.

O primeiro dado, Índice de Desenvolvimento Social, coloca um resultado importante para esta pesquisa que a partir de um índice elaborado pelo o IPP apenas duas áreas da cidade conseguem ficar acima da média. As áreas são a AP2 (0.70) e a AP4 (0.62). A AP2 tem este resultado devido ao alto índice de desenvolvimento de seus bairros como um todo e como as favelas não são analisadas separadamente acabam rebaixando o resultado final da AP, ou seja, se destacássemos na análise as favela encontraríamos índices maiores para as "áreas formais"¹⁷ da AP2 . No caso da AP4, temos os bairros da Barra da Tijuca, Joá, Freguesia e Taquara que apresentam desenvolvimento acima da média da cidade. Contudo as áreas restantes da AP4 têm índices abaixo da média.

Outro dado importante é o fornecimento de água. Apenas duas áreas apresentaram dados abaixo da média da cidade a AP4 e a AP5. Sobre esgoto adequado as mesmas áreas estiveram abaixo da média. No indicador coleta de lixo adequado as duas áreas que ficaram acima da média foram AP2 e AP5, associamos este resultado negativo para as outras áreas (AP1, AP3 e AP4) ao grande número de favelas, pois a coleta de lixo em área de favela tem diversos empecilho: adensamento populacional, difícil acesso e falta de interesse político de adaptar a técnica¹⁸.

O último dado corresponde a residência do trabalhador (banheiros por morador). Este dado tem uma relação muito parecida com o dado do IDS acima analisado. Bairros desenvolvidos como Barra da Tijuca, Joá, Freguesia e Taquara se destacam dos demais da Área

¹⁷ A expressão Área Formal é utilizado na prefeitura do Rio de Janeiro para designar áreas que não são favelas.

¹⁸ No ano de 2012 foi iniciado um projeto nas favelas pela Companhia de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro (Comlurb) com objetivo de dialogar com a população local e adaptar o aparelho técnico de coleta de lixo para transitar em becos e vielas das favelas. O projeto iniciou no Morro do Borel, Área de Planejamento 2, mas não teve prosseguimento para outras áreas.

de Planejamento 4. Por exemplo, a Barra da Tijuca tem neste indicador o valor de 1.04 e na mesma Região Administrativa o bairro do Itanhangá tem o valor de 0.43.

Nas notas técnicas a respeito do IDS, CAVALLIERI&LOPES (2014) fazem a seguinte observação

Os melhores índices localizam-se na porção sul da cidade, predominando na faixa litorânea – a tradicional Zona Sul e sua extensão em direção à Barra da Tijuca, com importantes setores nas regiões de Tijuca, Vila Isabel e Ilha do Governador (CAVALLIERI&LOPES, 2014, p.7).

Os dados socioeconômicos (% de analfabetismo de 10 a 14 anos; Rendimento médio dos responsáveis, que têm rendimento, pelos domicílios em salários mínimos; % dos responsáveis por domicílios, que têm rendimento, com rendimento até dois salários mínimos; % dos responsáveis por domicílios, que têm rendimento, com rendimento igual ou superior a 10 salários mínimos) discutiremos posteriormente na parte de dados socioeconômicos.

Outro dado que entendemos de extrema relevância para a questão do desenvolvimento urbano e, no tocante da pesquisa, o desenvolvimento geográfico desigual. É o dado de existência de energia elétrica nos domicílios. Encontramos a informação que 402 residências na AP5 não têm acesso a energia elétrica. O que nos chama a atenção para este dado é que a energia é fator fundamental para exercer a vida na cidade, pois não ter energia elétrica é não ter acesso a informação dos meios de comunicação, não utilizar geladeira, limitar a vida noturna dentro de casa e a privação de outros serviços típicos do meio urbano.

Tabela 3 - Domicílios particulares permanentes por existência de energia elétrica, segundo Áreas de Planejamento - 2010

Áreas de Planejamento	Domicílios particulares permanentes (1)		
	Total (2)	Tinham energia elétrica (3)	Não tinham
Cidade	2 144 445	2 143 672	773
AP1	104 721	104 690	31
AP2	404 255	404 204	51
AP3	792 124	791 915	209
AP4	309 067	308 987	80
AP5	534 278	533 876	402

Nota: (1) É o domicílio que foi construído a fim de servir exclusivamente para habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas.

(2) A categorias Total incluem os domicílios sem declaração da existência de energia elétrica.

(3) Pesquisou-se a existência, no domicílio particular permanente, de energia elétrica e, para o domicílio que possuía, investigou-se a sua origem: de companhia distribuidora ou de outra fonte (eólica, solar, gerador, etc.).

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Além do dado de existência de energia elétrica identificamos a fonte da energia elétrica compreendendo que é através da companhia distribuidora, no caso do Rio de Janeiro a LIGHT, é que a pessoa pode acessar adequadamente a energia elétrica.

Tabela 4 - Domicílios particulares permanentes que tinham energia elétrica de companhia distribuidora por existência de medidor, segundo Áreas de Planejamento - 2010

AP	Domicílio particular permanente (1)					%
	Total	Tinham Medidor (2)	Tinham		Não tinham	
			Uso exclusivo do domicílio (3)	Comum a mais de um domicílio (4)		
Total	2 114 042	1 984 758	1 868 031	116 727	129 284	6
AP1	101 836	94 234	86 561	7 673	7 602	7
AP2	400 451	387 407	376 226	11 181	13 044	3
AP3	780 747	735 670	687 726	47 944	45 077	6
AP4	305 086	286 632	269 803	16 829	18 454	6
AP5	525 922	480 815	447 715	33 100	45 107	9

Nota: (1) É o domicílio que foi construído a fim de servir exclusivamente para habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas.

(2) Investigou-se a existência de medidor para registro do consumo de energia elétrica e o seu uso para os domicílios atendidos por energia elétrica de companhia distribuidora.

(3) Quando o medidor ou relógio era de uso exclusivo para registro do consumo de energia elétrica do domicílio.

(4) Quando o medidor ou relógio registrava o consumo de energia de mais de um domicílio. Inclui-se, neste caso, o medidor ou relógio de uso comum do domicílio com um ou mais estabelecimentos.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Na Tabela 4 identificamos que na média da cidade 94% dos domicílios recebem energia através da companhia distribuidora. Na análise a partir das áreas de planejamento apenas a AP2 tem o índice acima da média com 97% das residências tendo acesso a energia adequada. As outras áreas ou a porcentagem é igual ou menor como o caso da AP5 que 91% das residências recebem sua energia através da distribuidora.

Os dados acima apresentam, resumidamente, duas áreas distantes a AP2 e a AP5 e áreas intermediárias. O que é possível visualizar é que este distanciamento está relacionado com a produção da cidade que Abreu já identificava no início do século XX, através das intervenções estatais e a alocação de capital privado seletivos na cidade do Rio de Janeiro. Os dados acima são dos últimos vinte anos e mostram o legado do desenvolvimento geográfico desigual em que a cidade do Rio de Janeiro se encontra.

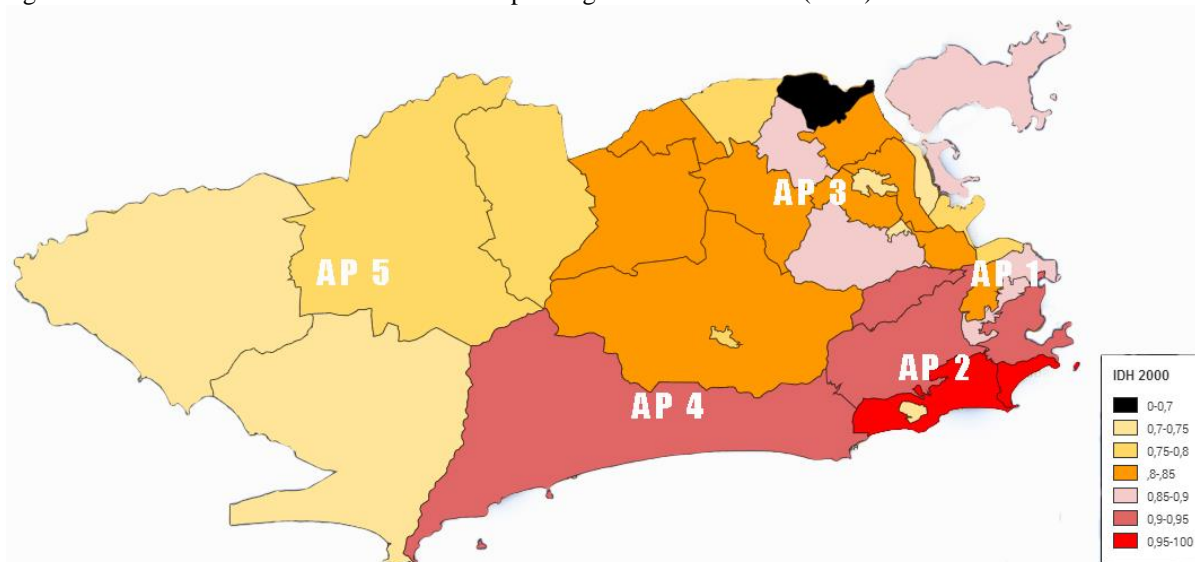
2.3.2 Dados Socioeconômicos

Apresentaremos os dados socioeconômicos da cidade do Rio de Janeiro espacializados de acordo com as Áreas de Planejamento. Desta vez, a informação base será o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) realizado a partir do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Índice de Desenvolvimento Humano é composto pelos índices: Esperança de vida ao nascer (em anos), Taxa de alfabetização de adultos (%), Taxa bruta de frequência escolar (%), Renda per capita (em R\$ de 2000), Índice de Longevidade (IDH-L), Índice de Educação (IDH-E), Índice de Renda (IDH-R).

O Mapa 8 mostra quatro Regiões Administrativas antagônicas em relação aos Índices de Desenvolvimento Humano do ano 2000. No lado leste temos as regiões de Copacabana (0,956 - 1^a) e Lagoa (0,951 - 2^a) da AP2, e, no lado oposto, oeste, as regiões de Santa Cruz (0,747 - 27^a) e Guaratiba (0,746 - 28^a) da AP5.

Figura 8 - Índice de Desenvolvimento Humano por Região Administrativa (2000)



Nota: A Região Administrativa Vigário Geral em preto é não foi informado o índice que lhe correspondia.
Fonte: IPP, 2012. Elaborado pelo autor, 2014.

Com o IDH identificamos que dados estritamente socioeconômicos também mostram o desenvolvimento desigual geográfico da cidade do Rio de Janeiro. As Regiões Administrativas com os maiores índices estão na AP 2 (Zona Sul) e AP 1 (Centro) e as regiões com menores índices são áreas de favelas ou áreas na zona oeste da cidade referentes a AP5 (ver Tabela 2).

Tabela 5 - Índice de Desenvolvimento Humano por Região Administrativa - 2000

Ordem-IDH	Região Administrativa	IDH	Ordem-IDH	Região Administrativa	IDH
1	Copacabana (AP2)	0.956	17	Ilha de Paquetá(AP1)	0.822
2	Lagoa (AP2)	0.951	18	São Cristovão(AP1)	0.814
3	Botafogo(AP2)	0.947	19	Realengo(AP5)	0.813
4	Tijuca (AP2)	0.923	20	Penha(AP3)	0.805
5	Barra da Tijuca (AP4)	0.918	21	Anchieta(AP3)	0.805
6	Vila Isabel (AP2)	0.916	22	Campo Grande(AP5)	0.792
7	Centro(AP1)	0.894	23	Bangu(AP5)	0.792
8	Santa Teresa(AP1)	0.868	24	Portuária(AP2)	0.775
9	Méier(AP3)	0.865	25	Pavuna(AP3)	0.767
10	Ilha do Governador(AP3)	0.862	26	Cidade de Deus(AP4)	0.754
11	Irajá(AP3)	0.851	27	Santa Cruz(AP5)	0.747
12	Jacarepaguá(AP4)	0.844	28	Guaratiba(AP5)	0.746
13	Rio Comprido(AP1)	0.836	29	Rocinha(AP2)	0.735
14	Madureira(AP3)	0.834	30	Jacarezinho(AP3)	0.731
15	Inhaúma(AP3)	0.833	31	Maré(AP3)	0.719
16	Ramos(AP3)	0.828	32	Complexo do Alemão(AP3)	0.709

Nota: A Região Administrativa Vigário Geral não se encontra no quadro.

Fonte: I.P.P, 2012.

A partir da tabela 5 identificamos que as cinco melhores áreas segundo o IDH estão em sua maioria localizadas na AP2. No lado oposto da tabela, as cinco piores áreas estão relacionada às favelas ou à AP5. Isto é resultado de um aprofundamento da ausência de serviços públicos e a migração de parte da população que não conseguiu manter a elevação do custo de vida das áreas próximas ao centro e se vêm obrigadas a migrarem para as periferias da cidade do Rio de Janeiro.

Com os dados desmembrados é possível visualizar a qualidade de vida da população residente nas áreas da cidade. Na Tabela 6 acompanhamos os índices de Educação, Renda e Longevidade.

Tabela 6 - Índices de Educação, Renda e Longevidade, por Região Administrativa – 2000 (continua)

Ordem -Índice de Educação	RA	Ordem - Índice de Renda	RA	Ordem - Índice de Longevidade	RA
1	Botafogo (AP2)	1	Copacabana (AP2)	1	Copacabana (AP2)
2	Copacabana (AP2)	2	Lagoa (AP2)	2	Lagoa (AP2)
3	Lagoa (AP2)	3	Barra da Tijuca (AP4)	3	Botafogo (AP2)
4	Tijuca (AP2)	4	Botafogo (AP2)	4	Centro (AP1)

Tabela 6 – Índices de Educação, Renda e Longevidade, por Região Administrativa – 2000 (conclusão)

Ordem - Índice de Educação	RA	Ordem - Índice de Renda	RA	Ordem - Índice de Longevidade	RA
5	Vila Isabel (AP2)	5	Tijuca (AP2)	5	Vila Isabel (AP2)
6	Centro (AP1)	6	Vila Isabel (AP2)	6	Tijuca (AP2)
7	Méier (AP3)	7	Centro (AP1)	7	Santa Teresa (AP1)
8	Barra da Tijuca (AP4)	8	Méier (AP3)	8	Barra da Tijuca
9	Santa Teresa (AP1)	9	Ilha do Governador (AP3)	9	Ilha do Governador (AP3)
10	Ilha do Governador (AP3)	10	Santa Teresa (AP1)	10	Méier (AP3)

Nota: Dados desmembrado do cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano 2000.

Fonte: I.P.P, 2012.

A respeito do Índice de Educação das dez primeiras, cinco são regiões administrativas da AP2 (isto significa toda a Área de Planejamento 2), a AP1 com duas, AP3 com duas e a AP4 com uma. Com o Índice de Renda identificamos novamente uma maioria de presença de regiões administrativas da AP2 entre as primeiras regiões, contudo a região da Barra da Tijuca se destaca neste índice aparecendo em terceiro lugar. Por último, o Índice de Longevidade que continua a permanência de regiões da AP2. Ou seja, segundo estes índices a área de planejamento que apresenta o melhor desenvolvimento humano é a AP2.

Por fim, destacamos o índice de Esperança de Vida ao Nascer em Anos para observarmos a expectativa de vida na cidade do Rio de Janeiro.

Tabela 7 - Esperança de vida ao nascer em anos, ordem do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por Região Administrativa - 2000

Ordem - IDH	Região Administrativa	Esperança de vida ao nascer (em anos)
1	Copacabana (AP2)	77.76
2	Lagoa (AP2)	76.83
3	Botafogo (AP2)	76.52
7	Centro (AP1)	76.12
6	Vila Isabel (AP2)	75.19
4	Tijuca (AP2)	74.73
8	Santa Teresa (AP1)	74.06
17	Ilha de Paqueta (AP3)	74.06
11	Irajá (AP3)	73.93
5	Barra da Tijuca (AP4)	72.69
10	Ilha do Governador (AP3)	72.66

Nota: Dados desmembrado do cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano 2000.

Fonte: I.P.P, 2012.

Não seria surpresa que as AP1 e AP2 apresentassem os melhores índices de expectativa de vida. Ao mesmo tempo, os índices mais baixos são correspondentes das Áreas de Planejamento 5 e favelas. Isto coloca que as áreas onde é maior a quantidade de anos de vida são as melhores áreas para se viver.

2.4 Síntese dos Dados

Tanto os dados socioeconômicos quanto os dados de infra estrutura se relacionam com a descrição realizada sobre a cidade do Rio de Janeiro. Através do resgate histórico encontra-se no início do século XX tendências da atuação do Estado e capital em determinadas áreas da cidade. Esta ação dual tem reflexos no espaço e, a concentração desta ação se mantém até os dias de hoje.

O que entendemos a partir dos dados apresentados é que existem áreas da cidade do Rio de Janeiro que concentram maior quantidade e melhor qualidade de serviços urbanos. Na mesma área se concentra as populações com melhor qualidade de vida. É sabido que para residir nestas áreas é necessário desembolsar quantias elevadas devido a valorização do espaço urbano estruturada pela ação do Estado sob orientação do capital.

Por fim, esta relação Estado e capital para as intervenções urbanas na cidade além de proporcionar a valorização do espaço e, por conseguinte, a reprodução do capital assentado nestas áreas. Promove a exclusão de inúmeros trabalhadores dos serviços básicos que a cidade pode proporcionar como água, energia elétrica, transporte, saneamento básico e tantos outros que estão imbricados nestes que citamos.

3 A FAVELA PARA O ESTADO, AS INTERVENÇÕES URBANAS ESTATAIS NAS FAVELAS, A QUALIFICAÇÃO DAS INTERVENÇÕES E SUA ESPACIALIZAÇÃO

Neste capítulo apresentaremos a intervenção do Estado nas favelas da cidade do Rio de Janeiro. A relevância deste dado é que as favelas juntamente com a zona oeste da cidade são as áreas com mais dificuldade de acesso aos serviços urbanos.

Destacamos os dados de urbanização de favelas como uma intervenção estatal importante na geografia da cidade. Com isto, este capítulo está estruturado da seguinte forma: a primeira parte, apresentamos o que o Estado entende por favela segundo documentos oficiais; na segunda parte, a experiência da urbanização de favelas no Brasil; em seguida, qualificamos todo os tipos de urbanização que já ocorreram nas favelas do Rio de Janeiro; e, por último, a espacialização da urbanização de favelas na cidade do Rio de Janeiro. Espacializamos os dados como uma forma de encontrar o padrão de intervenção urbana em favelas no Rio de Janeiro.

3.1 A Favela para o Estado

Há um grande debate acadêmico no que diz respeito à conceituação de favelas no Brasil. Contudo este trabalho não pretende apresentar o debate sobre o conceito ou construir um novo conceito de favela para o debate. O que torna importante para este trabalho é a intervenção do Estado nas favelas, sobretudo do município do Rio de Janeiro. Sendo assim, apresentaremos a definição de favela para o Estado, especificamente, a Prefeitura do Rio de Janeiro isto devido à necessidade de saber onde e como o Estado está intervindo.

Em relação a prefeitura do Rio de Janeiro, o seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro 2011, especificamente no Art. 234, coloca que

§ 3º Entende-se por favela a área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação clandestina e de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e alinhamento irregular, ausência de parcelamento formal e vínculos de propriedade e construções não licenciadas, em desacordo com os padrões legais vigentes. (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro. 2011, p.117)

A prefeitura, com esta definição, apresenta consonância com a definição realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no "Censo Demográfico 2010: Aglomerados Subnormais Primeiros Resultados" que coloca a favela na categoria de Aglomerado Subnormal

"a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há 10 anos ou menos); e b) Possuírem pelo menos uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou precariedade de serviços públicos essenciais." (IBGE, 2010, p.19)

Desta forma, encontramos certo direcionamento do Estado para a definição de favela como um local de ausências de: legalidade, serviços, infraestrutura, padrões, etc. Esta definição e entendimento corroboram para a forma das intervenções estatais nestas áreas. É importante ressaltar que neste entendimento o Estado parte de um ideal padrão de cidade: no caso do IBGE as favelas não estão nesta categoria ideal e são rotuladas de "Aglomerados Subnormais", a prefeitura do Rio de Janeiro se refere as áreas da cidade que não são favelas como "área formal"¹⁹ (deixando subentendido que as favelas são áreas informais da cidade).

3.2 Urbanização de Favelas no País

A urbanização de favelas surge no Brasil de forma sistematizada e como política pública a partir da década de 1980 (CARDOSO, 2007). Antes da década de 1980 era possível ter intervenções urbanísticas nas favelas de forma pontual e muitas vezes de caráter antidemocrático. Isso ocorre no Plano Agache, em 1930, nos Parques Proletários Provisórios, em 1941, na criação da Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO), em 1968. Ainda, DENALDI (2003), para corroborar diz:

Nos anos 1980, muitos governos municipais estruturaram políticas de urbanização e regularização de favelas respeitando a tipicidade de sua ocupação e propondo sua consolidação como espaço definitivo de moradia. É a partir desse período que são inauguradas as políticas públicas de urbanização de favelas que vão além de projetos alternativos ou de experiências isoladas (DENALDI, 2003, p.71).

¹⁹ Ver documentos dos levantamentos de dados do IPP.

Neste período, década de 1980, governos estaduais e municipais começam a elaborar programas de urbanização de favelas, saindo da responsabilidade da federação urbanizá-las. De acordo com CARDOSO (2007), municípios como Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre e Diadema são exemplos de cidades que começaram a atuar efetivamente nas áreas de favelas.

Nesta conjuntura, realiza-se a redemocratização política do Brasil e que promove a construção da nova Constituição, em 1988. É importante lembrar que, ao mesmo tempo, há o fortalecimento dos movimentos sociais urbanos que irão atuar na cidade com maior ênfase do que nos anos anteriores, resultando em alterações nas políticas públicas. Sobre este momento DAVIDOVICH (2000) sintetiza "A 'década perdida' representou, na verdade, um período rico em movimentos sociais e de crescente conscientização política da sociedade civil". (DAVIDOVICH, 2000, p.122)

Posteriormente, na década de 1990, os municípios que apresentam favelas em seu território, colocam na agenda municipal a melhoria destas áreas através da urbanização. Também neste período surgem novas fontes de recursos financeiros e o governo federal deixa de ser o único local para acessar os recursos. Neste momento a nova fonte é o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do Programa de Urbanização de Assentamentos Populares (PROAP), por exemplo, utilizado pela prefeitura do Rio de Janeiro.

Esta nova fase de intervenções urbanísticas em favela, terá o objetivo de não ser pontual e sim com programas de intervenção integral tentando integrá-la aos bairros do entorno. Este é o caso do Favela-Bairro na cidade do Rio de Janeiro, programa que será alvo de estudo neste trabalho.

3.3 Qualificando as Intervenções Urbanísticas nas Favelas do Rio de Janeiro.

No cadastramento da Prefeitura do Rio de Janeiro de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN)²⁰, encontramos informações de urbanização nas favelas a partir da década de 1990 com as intervenções iniciadas pelo Favela-Bairro, Grandes Favelas, Bairrinho, Estadual de Urbanização e o Programa de Aceleração do Crescimento - Favelas (P.A.C - Favelas).

²⁰ O SABREN – "Sistema de Assentamentos de Baixa Renda reúne desde 1983 informações sobre os assentamentos precários e informais cariocas, com o principal objetivo de apoiar a construção de políticas públicas, destinadas à sua urbanização e desenvolvimento social" retirado de (<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren>). Esta plataforma virtual agrega informações de favelas e loteamentos cadastrados na base de dados da prefeitura.

Para fins de esclarecimento, explicaremos as intervenções urbanísticas nas favelas da cidade do Rio de Janeiro que ocorreram entre os anos de 1993 à 2012.

Primeiramente, o Favela-Bairro, programa de urbanização de favelas mais ambicioso da prefeitura do Rio de Janeiro, teve como objetivo a integração das favelas com o restante da malha urbana da cidade. Atuou nos aspectos: infraestruturais, urbanísticos, ambientais e culturais. Teve como fonte de recursos financeiros o BID (CONDE, 2004; BUENO, 2000).

Os critérios para intervenção do programa foi a seleção de favelas consideradas de tamanho médio, o Favela-Bairro atuou nas favelas que apresentavam um quadro de 500 à 2.500 domicílios. Segundo CONDE (2004, p.81), esta seleção teve o intuito de

restringir os problemas técnicos a um patamar compatível com as equipes ainda em processo de formação e ajuste e que apresentassem facilidade para a urbanização, evitando-se aquelas que viessem a exigir grande número de reassentamento[...]outro critério importante seria] as favelas escolhidas deveriam estar distribuídas por todo o município, de modo a não privilegiar nenhuma das regiões (CONDE 2004, p.81).

Estes eram os fatores técnicos para a seleção das primeiras favelas que passariam por um projeto de urbanização integrada que receberiam além da infraestrutura básica, equipamentos públicos sociais como quadra esportiva, posto de saúde, escola, creche e outros componentes urbanísticos. Na definição de BUENO (2000)

O Programa Favela-Bairro consolida a Urbanização Integrada como a principal política para as favelas cariocas, incorporando ações concretas de ampliação das oportunidades de melhoria das condições sócioeconômicas das favelas, através dos programas de geração de renda e emprego e de construção de equipamentos sociais dentro das favelas, que no Rio de Janeiro apresentam dimensões diferenciadas. (BUENO, 2000. p. 200)

Outro ponto importante implementado nas obras do Favela-Bairro foi o POUISO - Posto de Orientação Urbanística e Social. Assim, após a intervenção o Estado teria um instrumento na área para regular o uso e ocupação segundo a sua orientação.

Uma instância importante que atuou nas decisões da localização das intervenções urbanísticas foi a política (no sentido estreito da palavra). Para fins de exemplo, a primeira fase do Favela-Bairro contou com a seleção de 15 favelas para ter as intervenções urbanísticas. Entretanto, CONDE (2004) relata que "A décima-sexta favela foi a do morro do Andaraí, por decisão do prefeito, tendo em vista compromisso anterior assumido com a vereadora opositora com forte liderança política na área" (CONDE, 2004. p.81). Isto mostra como a seleção para intervenção nas favelas teve esta instância importante que nem sempre está registrada.

Outra intervenção estatal urbana nas favelas do Rio de Janeiro, o programa Grandes Favelas foi resultado do desdobramento do Favela-Bairro, criado para atender às favelas com

mais de 2.500 domicílios com a expectativa de abarcar uma população de 10 mil habitantes ou mais. O programa, diferentemente do Favela-Bairro, tinha o objetivo de atuar num determinado setor que fosse identificado como prioritário. Este programa teve apoio do Governo Federal para a sua realização que na época desenvolvia o programa Comunidade Solidária²¹. (CONDE, 2004)

O programa Bairrinho também funcionou como um desdobramento do Favela-Bairro, para atuar justamente nas favelas em que o Favela-Bairro e o Grandes Favelas não tinham como escopo. Sendo assim, o Bairrinho objetivou atuar nas favelas entre 100 e 500 domicílios. Este programa também não tinha o objetivo de atuar com grande complexidade para a integração da área de favela com o restante da malha urbana. O Bairrinho teve na implementação do programa a participação de outras instituições, que neste caso foi a Organização Não Governamental italiana *Come Noi*. Posteriormente, esta organização conseguiu o patrocínio da União Européia e da Caixa Econômica Federal para a urbanização das favelas de seu escopo. (CONDE, 2004)

Sobre a intervenção urbanística Estadual de Urbanização realizado entre os anos de 2008 a 2010, teve como objetivo obras de infraestrutura, redes de esgoto, drenagem e distribuição de água, construção do segundo trecho do plano inclinado, obras de contenção de encostas, construção de unidades habitacionais (CARVALHO e SILVA, 2012). Contudo, atuou apenas na favela do Morro Dona Marta, zona sul da cidade do Rio de Janeiro.

O PAC - Favela tem como foco favelas de maior porte e complexidade, localizadas nas Regiões Metropolitanas. O seu objetivo é a melhoria das condições de habitabilidade das famílias moradoras associado com abordagem das questões urbana, fundiária, social e ambiental (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010). Entretanto, as obras na cidade do Rio de Janeiro têm mostrado serem pontuais, atuando, principalmente, em determinados eixos como mobilidade interna (alargamento de vias e teleférico) e habitação (conjuntos habitacionais). Este projeto tem sofrido duras críticas por não atuar através da participação popular nas decisões de suas prioridades²².

²¹ Segundo PERES(2005) "O Programa Comunidade Solidária foi instituído pelo Decreto n. 1.366, de 12 de janeiro de 1995, para o enfrentamento da fome e da miséria. Até dezembro de 2002, o Programa esteve vinculado diretamente à Casa Civil da Presidência da República e foi presidido pela então primeira-dama do país, Ruth Cardoso." (p.109)

²² Movimentos Sociais questionam a utilização dos recursos destinados para as favelas para obras que não tocam diretamente nos problemas estruturais como água e saneamento básico. Denunciando que as obras atendem interesses turísticos. Nas reportagens a seguir podemos ter noção do que os movimentos sociais estão apresentando: Moradores questionam instalação de teleférico na Rocinha, no Rio (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/09/1345693-moradores-questionam-instalacao-de-teleferico-na-rocinha-na-zona-sul-do-rio.shtml>) e Teleférico do Complexo do Alemão entra para a rota turística (<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/teleferico-do-complexo-do-alemao-entra-para-rota-turistica-3663256>).

Na próxima parte do trabalho, apresentaremos as áreas da cidade que receberam as intervenções estatais urbanísticas descritas acima para a urbanização de favelas, segundo as Áreas de Planejamento da cidade do Rio de Janeiro.

3.4 A Espacialização da Urbanização das Favelas na Cidade do Rio de Janeiro.

A partir das informações sistematizadas do Instituto de Urbanismo Pereira Passos (IPP) sobre as favelas que passaram por processos de intervenção pública como a urbanização, podemos espacializar e visualizar como esta política pública se materializou no território da cidade.

Como explicado acima a cidade do Rio de Janeiro teve intervenções em suas favelas para fins de urbanização de todas as esferas do governo. A realização em números das intervenções foram: Favela-Bairro (112), Bairrinho (32), Grandes Favelas (3), PAC - Favela (19) e Estadual de Urbanização (1). Totalizando 167 favelas, num universo de 1036 favelas, ou seja, apenas 16% das favelas no Rio de Janeiro foram urbanizadas ou tiveram algum tipo de intervenção estatal para fins urbanísticos²³.

O que torna necessário neste momento é saber como estas intervenções urbanas estão espacializadas por Área de Planejamento (Tabela 8). A partir da organização dos dados é possível verificar que as áreas com maior concentração de intervenções em números absolutos são: AP 3 com 73, AP 2 com 37 e AP 1 com 27. Estas três áreas concentram 137 intervenções das 167 realizadas, resultando em 82% das intervenções na cidade do Rio de Janeiro.

Tabela 8 - Tipo de intervenção urbana por Área de Planejamento

Projeto	AP1	AP2	AP3	AP4	AP5	Total
Favela Bairro	22	25	50	5	10	112
Bairrinho	4	8	7	5	8	32
Grandes Favelas	0	0	1	1	1	3
PAC - Favela	1	3	15	0	0	19
Estadual de Urbanização(2008)	0	1	0	0	0	1
Total por AP	27	37	73	11	19	167

Fonte: SABREN. Elaborado pelo autor, 2014.

²³ Destacamos que trabalhamos com o número de favelas urbanizadas e não urbanizadas. Não apresentamos a área urbanizada por favela o que seria um dado muito difícil e com possibilidade de equívocos, pois como tiveram intervenções de caráter pontual não é possível dimensionar em área o que esta intervenção significou. Os dados são referentes ao ano de 2012.

Sendo assim, verifica-se que há uma concentração das intervenções em favelas em determinadas Áreas de Planejamento da cidade. A próxima informação que levantamos foi a relação da proporção de favelas com intervenções urbanas dentro do universo de favelas de cada Área de Planejamento, ou seja, com este dado saberemos a proporção de favelas urbanizadas em cada AP (ver Tabela 9).

Tabela 9 - Proporção de Favelas Urbanizadas na cidade do Rio de Janeiro

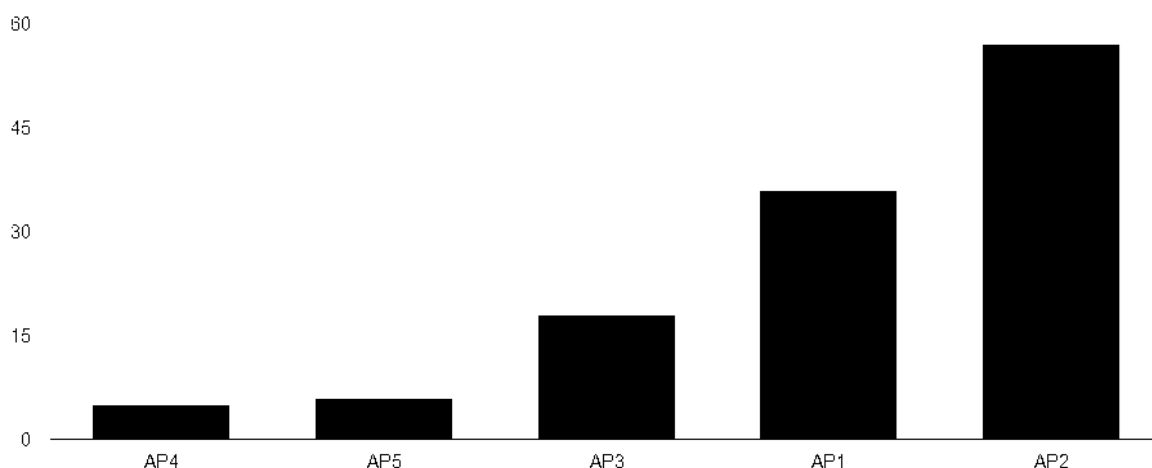
Áreas de Planejamento	Número de Favelas	Programas de Urbanização	Proporção de favelas urbanizadas (%)
AP1 -Central	74	27	36
AP2 -Zona Sul	65	37	57
AP3 -Zona Norte	402	73	18
AP4 - Barra/Jacarepaguá	201	11	5
AP5 -Zona Oeste	294	19	6
Total	1036	168	16

Nota: Programas de Urbanização é o somatório de todas as intervenções urbanísticas que ocorreram nas favelas do Rio de Janeiro, segundo o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. Os projetos são: Favela-Bairro, Bairrinho, PAC - Favela, Grandes Favelas e Estadual de Urbanização. Consulta realizada em Nov/2012.

Fonte: IPP, 2012. Elaborado pelo autor, 2014.

A tabela acima demonstra que as intervenções nas AP1 (36%), AP2 (57%) e AP3 (18%) estão acima da média da cidade (16%). Expõe a seletividade de algumas áreas da cidade para este tipo de intervenção urbana pelo Estado. Ao mesmo tempo, as AP4 e AP5 apresentam um quadro de menos de 10% de favelas com intervenção, abaixo da média da cidade. Isto resulta num quadro importante para a compreensão da cidade do Rio de Janeiro (ver Gráfico 1).

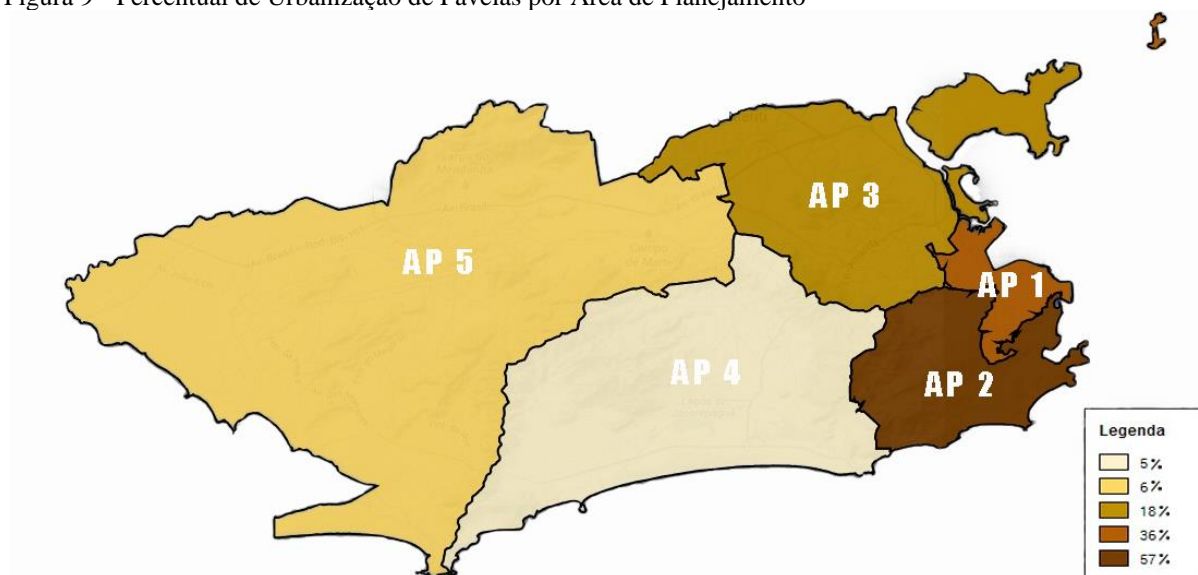
Gráfico 1 - Urbanização de Favelas por Área de Planejamento



Fonte: IPP, 2012. Elaborado pelo autor, 2014.

As Áreas de Planejamento que detém a maior concentração de intervenções urbanas (ver Mapa 9) são historicamente as áreas que ABREU (2008) apontava como núcleo metropolitano privilegiado pelas intervenções públicas para melhoramento dos serviços desde transporte aos serviços domiciliares (água, esgoto, luz, etc.). Também são as áreas que tem os melhores indicadores de infraestrutura e socioeconômicos.

Figura 9 - Percentual de Urbanização de Favelas por Área de Planejamento



Fonte: SABREN, 2012. Elaborado pelo autor, 2014.

O mapa acima é a síntese da densidade para as intervenções para a urbanização de favelas na cidade do Rio de Janeiro. A partir do acúmulo de informações que apresentamos neste trabalho associamos aos mapas e dados que apresentamos no capítulo anterior.

3.5 Síntese das Intervenções Estatais nas Favelas

A definição de favela para o Estado corrobora com as intervenções estatais nestas áreas que tem o objetivo de atuar justamente no que as favelas não correspondem ao restante da cidade. A experiência de urbanizar estas áreas é relativamente nova, tendo o projeto Favela-Bairro como referência no Rio de Janeiro e no Brasil.

Durante o levantamento dos dados das intervenções estatais urbanas em favelas, fizemos o esforço de compreender como se comportam diante a geografia da cidade do Rio de Janeiro.

O resultado foi a concentração destas intervenções nas áreas que historicamente serviram de aporte para o capital.

Frente a esta situação geográfica da concentração de intervenções na AP2 e AP1 surge a pergunta: qual o motivo do Estado atuar enfaticamente em favelas que estão nas melhores áreas da cidade?

APONTAMENTOS FINAIS

Este trabalho mostrou a produção capitalista do espaço da cidade do Rio de Janeiro a partir da teoria do desenvolvimento geográfico desigual. Identificando que esta característica inerente ao capital está compreensível nas diversas escalas da local à mundial. Como disse SMITH (1987) o desenvolvimento desigual no espaço é a desigualdade social na paisagem que tem funcionalidade para a reprodução do capital.

Entretanto identificamos um aliado fundamental para a produção e reprodução da desigualdade no espaço, o Estado (através da atuação da esfera municipal, caso Rio de Janeiro). Vemos que por trás da aparência de preocupação social esconde-se um Estado sob as rédeas do interesse do capital até nas suas ações "mais bem" intencionadas como no caso das intervenções estatais em favelas.

Diante dos dados expostos uma pergunta nos aparece: o que estes dados nos mostram? Os que dizem respeito a literatura que abordou a produção da cidade desde o final do século XIX e início do século XX, vemos o Estado que nas primeiras vezes que defrontou com a questão urbana iniciou o desenvolvimento geográfico desigual na cidade do Rio de Janeiro. Esta atuação ocorreu por todo o século XX, visivelmente nos períodos em que o Estado resolveu intervir de forma intensificada no espaço urbano.

Os dados apresentados do Censo 2000 e 2010 foi uma forma de identificar e sistematizar a desigualdade da cidade do Rio de Janeiro. Fundamentando o desenvolvimento geográfico desigual que está presente na cidade desde sua gênese. Assim, verificamos os usos diferenciais de acordo com a possibilidade de compra do solo urbano, ou seja, o acesso aos serviços públicos essenciais para a vida na cidade é de acordo com o que o trabalhador pode pagar. Um jogo da lógica do capital onde o trabalhador que pode pagar quantias exorbitantes pelo solo terá os melhores serviços urbanos da cidade desde cultura ao saneamento. Os trabalhadores que podem desembolsar uma quantia razoável para o mercado imobiliário usufruirão de uma determinada quantidade de serviços. No outro lado, os trabalhadores empobrecidos que desembolsam grande parte do seu dinheiro para o mercado imobiliário e tem serviços precários.

Realizamos uma pesquisa a partir dos mapas disponíveis no site ContaRio²⁴ que disponibiliza mapas a partir das tabelas de preços do Secovi (Sindicato da Habitação). O mapa possibilita saber quanto por cento do salário será destinado para o aluguel de um imóvel.

²⁴ A consulta foi realizada no Mapa: Aluguéis surreais: Quanto do seu salário você tem que gastar e onde. No site: <http://contario.net/alugueis-surreais-quanto-seu-salario-voce-tem-que-gastar-onde> em 28/03/2014.

Iniciamos com a hipótese de um imóvel com dois quartos com o valor salarial de R\$800,00 (próximo do salário mínimo) todas as áreas mapeadas o trabalhador teria o aluguel acima de 66% do seu salário. Na hipótese do trabalhador ganhando entorno de três salários mínimos (R\$1450,00) as áreas mais infra-estruturadas (AP1 e AP2), continuaria utilizando mais de 66% de sua renda. Para o trabalhador que recebe entorno de seis salários mínimos (R\$4450,00) os bairros da zona sul (AP2) e a Barra da Tijuca (AP4) utilizaria mais de 66% do seu salário, o centro ficou na faixa de 34-49%. Para o salário de R\$7250,00 alguns bairros da zona sul e a Barra da Tijuca beiram os 50-66% de uso do salário. Por fim, os que tem a renda na faixa de 20 salários mínimos (R\$14480,00) tem dois bairros da zona sul que utilizam de 50-66%. Isto nos mostra que a lógica do acesso aos serviços urbanos é a lógica da mercadoria. (ver anexo)

Com os dados das intervenções urbanas estatais nas favelas compreendemos a lógica de intervenção estatal na cidade. O que nos saltou os olhos é que as favelas tem os piores resultados dos indicadores das cidades, conjuntamente com os bairros da AP5. Entretanto, a intervenção estatal na aparência de "melhorar áreas de favelas" promoveu uma acentuação do desenvolvimento geográfico desigual a partir do momento que nos enclaves das melhores áreas da cidade o Estado melhora os serviços urbanos. Isto faz com que não só a favela melhore, mas o próprio bairro no que toca à infra-estrutura e nos indicadores socioeconômicos. Se a urbanização de favelas tem este impulsionador porque não utilizar para as áreas com piores índices de serviços urbanos e socioeconômicos? Todo movimento do Estado para intervir no espaço tem a lógica inerente do capital.

A apreensão que temos da cidade do Rio de Janeiro com o arcabouço teórico e os dados levantados é que não há erro de planejamento urbano na cidade, e sim um planejamento urbano eficiente. Muito menos uma "falha na administração" (MARX, 2010, p. 52), pois como já apontava o velho Marx que o Estado jamais encontraria no Estado ou na organização da sociedade o fundamento dos males sociais, pois sempre os procura nas leis da natureza, na vida privada ou na ineficiência da administração. Por fim, MARX (2010) coloca que

Se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela (MARX 2010, p.61)

A eficiência do planejamento urbano e as intervenções estatais servem ao capital, pois não há "falha" de mais de 100 anos, como é o caso da cidade do Rio de Janeiro.

Quem ganha com este planejamento urbano?

Primeiro, o capital do mercado imobiliário alocado nas áreas que recebem as intervenções que valorizam o solo urbano. No mesmo mapa do ContaRio temos as informações que os aluguéis subiram exorbitantemente nos bairros da zona sul e centro: Copacabana 212%, Leblon 204%, Ipanema 201%, Botafogo 242%, Barra da Tijuca, Centro 282%. Nas áreas de favelas o capital imobiliário também encontrou espaço e tem alavancado o chamado "mercado imobiliário informal" e, logicamente, as favelas que tem apresentado este processo são as da zona sul²⁵. Este processo tem provocado a remoção de milhares de famílias que não conseguem manter o aluguel e se vêem obrigadas a ir para as áreas periféricas da cidade quando não saem da cidade.

Outro "vencedor" deste planejamento urbano são as empreiteiras que agem da seguinte forma: compram áreas próximo ao centro que não eram tão valorizadas, derrubam os fixos que ali existiam e constroem edifícios onde o solo urbano será reproduzido verticalmente.

Por fim, a classe capitalista que pode usufruir da benesse das áreas com infra-estrutura as AP1, AP2 e Barra da Tijuca. Para isto é necessário desembolsar, na cidade do Rio de Janeiro, os maiores valores de compra de imóvel do mundo para ocupar uma parte do solo urbano²⁶.

No final da relação dos "vencedores" pensamos, mas quem perde neste planejamento? São os trabalhadores empobrecidos da cidade do Rio de Janeiro que são obrigados a ocuparem as piores áreas das cidades, mas transitar por toda a cidade por meios de transportes caros e precários. Por exemplo, a linha metroviária na cidade do Rio de Janeiro, nos últimos dez anos teve expansão do metrô em direção a AP2 (zona sul). As quatro estações inauguradas foram Siqueira Campos, 2002, Cantagalo, 2007, Ipanema/General Osório, 2009, Cidade Nova, 2010 (AP1) e Uruguai, 2014 (AP2). Lembrando que atualmente a linha metroviária da cidade atende somente a AP1, AP2 e AP3 (ver Anexo 2).

Esperamos com este trabalho ter realizado uma pesquisa que tenha avançado na compreensão do desenvolvimento geográfico desigual, colocando a importância do Estado no caso do Rio de Janeiro. Além disto, tem-se um material disponível para os movimentos e grupos que pensam uma outra cidade que não seja produzida desigualmente.

²⁵ Destacamos duas reportagens que mostram este processo: Rocinha tem fila de espera para aluguel, Jornal Extra, Rio de Janeiro, 4/02/2013; a segunda, Favelas viram opção de hospedagem no Rio na Copa, aponta NYT (consulta realizada: 28/3/2014 <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/favelas-viram-opcao-de-hospedagem-no-rio-na-copa-aponta-nyt>)

²⁶ Ver reportagem Na especulação imobiliária de Ipanema, apartamento custa R\$ 66 milhões (<http://oglobo.globo.com/rio/na-especulacao-imobiliaria-de-ipanema-apartamento-custa-66-milhoes-11249075>)

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, I.P.P 2008.
- BALBO, M. *Cidades do Sul e Bienal de Arquitetura*. Tradução: Giovana Carla Mastromauro. 2012.
- BUENO, L. M. M. *Projeto e favela: metodologia para projetos de urbanização*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Teste de Doutorado. USP/FAU. São Paulo, 2000
- CARDOSO, A. L. Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas. *Cadernos Metrópole* 17. p219-240. 2007.
- CARVALHO, F. C.; SILVA, F. D. Turismo e favela: Um estudo sobre a Favela Santa Marta e o papel das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro. *Revista de Arquitetura e Urbanismo do PROARQ*, n. 19. p. 250-264. Rio de Janeiro. 2012
- CAVALLIERI, F.; VIAL, A. *Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010*. Coleção Estudos Cariocas. IPP. Rio de Janeiro.
- CAVALLIERI, F.; LOPES, G. *Índice de Desenvolvimento Social (IDS) da Cidade do Rio de Janeiro (2000 – 2010)*. Notas Técnicas. N. 27. IPP. Rio de Janeiro. 2014.
- CONDE, L. P e MAGALHÃES, S. *Favela-bairro: uma outra história da cidade do Rio de Janeiro - 1993/2000 uma ação urbanizadora para o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Viver Cidades, 2004
- DAVIDOVICH, F. Um repensar da favela: tendências e questões. *Cadernos Metrópole* 4. p.119-133. Rio de Janeiro. 2000.
- DEMIER, F. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira: breves comentários sobre uma relação pouco conhecida. *Revista Outubro*. n.16. 2007.
- DENANDI, R. *Política de Urbanização de favelas: evolução e impasses*. Tese de Doutorado. USP / FAU. São Paulo, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico*. Aglomerados Subnormais. Primeiros Resultados. Rio de Janeiro. 2010.
- HARVEY, D. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. A Liberdade da Cidade. Boitempo. São Paulo, p. 27-34. 2013.
- INSTITUTO DE URBANISMO PEREIRA PASSOS. SABREN - Sistema de Assentamento de Baixa Renda. Disponível em <<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/index.htm>> Acesso em: 16 de nov. 2012.

LÖWY, M. Teoria do *Desenvolvimento Desigual e Combinado*. Trad.: Henrique Carneiro. Outubro, n.1, p.73-80, 2000.

MARX, K. *Glosas Críticas*: Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social" de um Prussiano. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2010.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Urbanização de Favelas*: a experiência do PAC. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.capacidades.gov.br/biblioteca/detalhar/id/166/titulo/Urbanizacao+de+favelas%3A+](http://www.capacidades.gov.br/biblioteca/detalhar/id/166/titulo/Urbanizacao+de+favelas%3A+>)> Acesso em: 11 de jan. 2013.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. *A valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1984.

OLIVEIRA, F. O Estado e o Urbano no Brasil. *Espaço & Debates*. São Paulo: Neru, n.1, v.16, p.36-54, 1982.

PERES, T. H. A. Comunidade Solidária: a proposta de um outro modelo para as políticas sociais. *Civitas*. v.5. n.1. p.109-126. 2005.

PIRES, H. Planejamento e Intervenções Urbanísticas no Rio de Janeiro: a Utopia do Plano Estratégico e sua Inspiração Catalã. *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*. Barcelona: Vol. XV, nº 895. 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-895/b3w-895-13.htm>> Acesso em: 10 de jan 2014.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro*. 2011.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. *Cadernos do Rio*. Favela x Não Favela. Instituto de Urbanismo Pereira Passos. Junho, 2013.

RIBEIRO, L. C. Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L. C. (Org.). *O Futuro das Metrôpoles*: Desigualdades e Governabilidade. Rio de Janeiro: Revan/Observatório das Metrôpoles, 2000. p. 63-98.

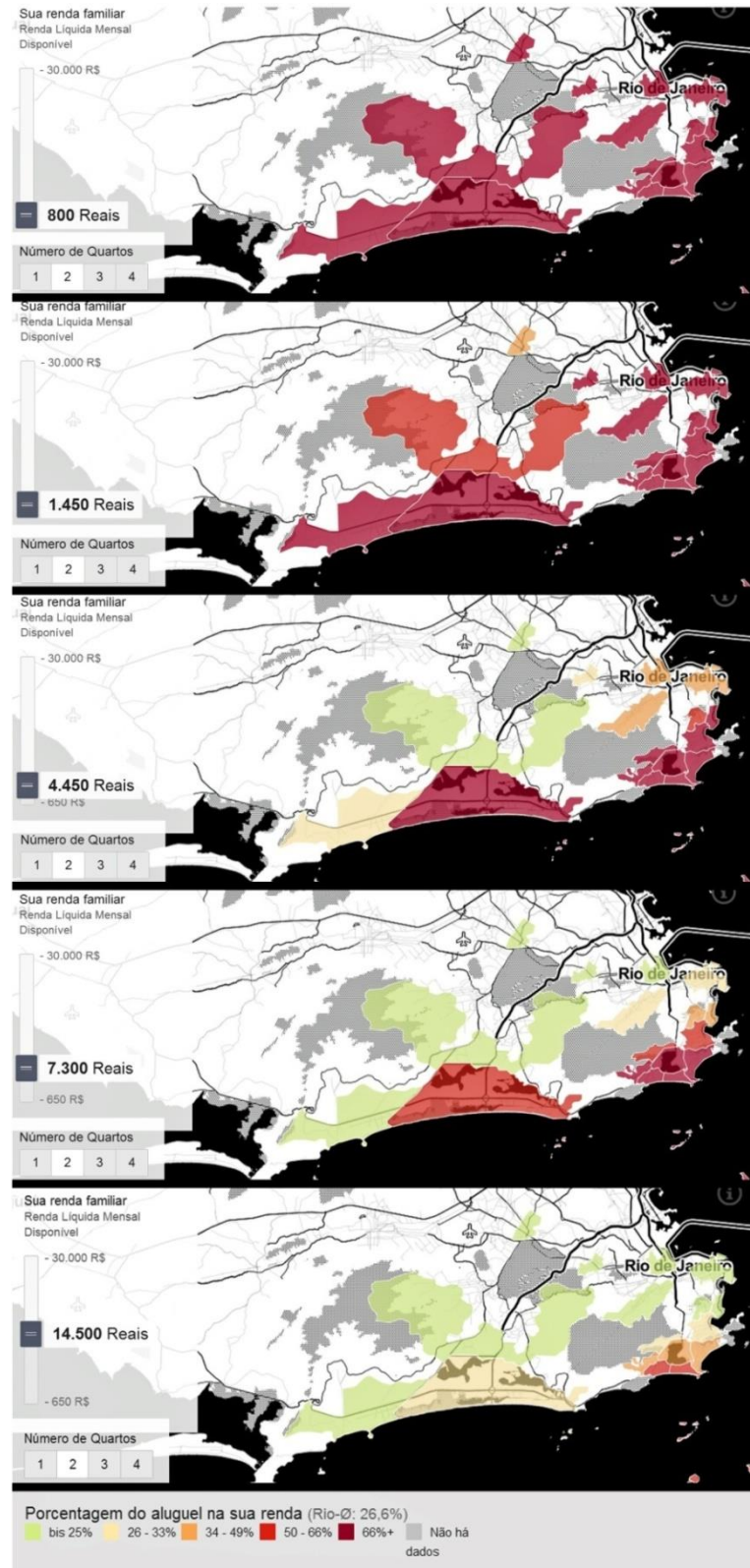
SANTOS, M. *A Urbanização Brasileira*. Hucitec. São Paulo. 1996.

_____. *Espaço e Método*. Hucitec. São Paulo. 2012.

THEIS, I. M.; BUTZKE, L. *Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina*. Londrina. p. 122-131. 2010.

THEIS, I. M.; BUTZKE, L. O paradoxo da geografia no capitalismo mundializado: revisitando a lei do desenvolvimento desigual e combinado. In: GALVÃO, A. et al. (Org.). *Capitalismo: crise e resistências*. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 83-110

ANEXO A – Mapa da cidade do Rio de Janeiro sobre porcentagem do aluguel de acordo com a renda



Fonte: ContaRio, 2014.

